



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATA



## ATAS

### ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 376/2015, com a Emenda nº 1 do deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 910/2015, dos deputados Ricardo Faria, Wander Borges, Glaycon Franco e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, com a presença da Comissão de Administração Pública, a pauta de reivindicação dos trabalhadores da rede pública de saúde do Estado, em especial da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - (emendado pelo deputado Arlen Santiago);

nº 1.000/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião para debater perícias médicas, em audiência pública, no dia 28/4/2015, Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho;

nº 1.001/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital João Penido de Juiz de Fora, consubstanciadas nas respostas às seguintes questões: quando será finalizada a obra do CTI do referido hospital; se o atendimento ambulatorial pode ser realizado de modo improvisado em outro local do hospital até que sejam finalizadas as obras do CTI; qual a posição da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - sobre a reabertura do atendimento ambulatorial da entidade; e quais as etapas necessárias para a reabertura do atendimento de porta do hospital;

nº 1.002/2015, dos deputados Ricardo Faria, Glaycon Franco e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências com vistas à indicação de membro para integrar a Comissão de Intervenção do Hospital Santa Casa de Lagoa Santa;

nº 1.003/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à realização de processo seletivo para admissão de profissionais de saúde no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - da Macrorregião Norte de Minas;

nº 1.135/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - pedido de informações sobre as reclamações formalmente apresentadas contra operadoras de planos privados de saúde em Minas Gerais nos últimos dois anos;



nº 1.137/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à ouvidora da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - pedido de informações sobre as reclamações formalmente apresentadas contra operadoras de planos privados de saúde em Minas Gerais nos últimos dois anos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.136/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para que seja revogado o Decreto nº 46.649/2014 e seja editado novo decreto concedendo autonomia administrativa ao Instituto de Previdência Social de Minas Gerais - Ipsemg -;

nº 1.138/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o atendimento ortopédico pelo Sistema Único de Saúde de Minas Gerais - SUS -;

nº 1.139/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o projeto de lei que tem por objetivo instituir o Dia de Conscientização da Cardiopatia Congênita em Minas Gerais;

nº 1.140/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada visita técnica ao Hospital Alberto Cavalcanti, em Belo Horizonte, para verificar *in loco* as condições de infraestrutura e dos equipamentos necessários à manutenção dos atendimentos;

nº 1.141/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o projeto de lei que tem por objetivo instituir no Estado a política de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer bucal;

nº 1.142/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a garantir a participação de representante de nível central dessa pasta nas audiências públicas da Comissão de Saúde que serão realizadas nos municípios do interior do Estado ao longo do ano de 2015, sem prejuízo da participação dos gerentes regionais de Saúde, além de representantes do Conselho Estadual de Saúde e do Ipsemg;

nº 1.143/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita ao SaúdeLog, operador logístico contratado para armazenamento e distribuição de medicamentos e outros itens adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de identificar os medicamentos estocados, a quantidade de medicamentos em estoque, a data em que deram entrada no local e os prazos para dispensação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Ricardo Faria - Dalmo Ribeiro Silva.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a relevância dos trabalhos para recuperação de dependentes químicos realizados pelas igrejas evangélicas e entidades a elas ligadas e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Missonário Márcio Santiago, justificando sua ausência na reunião, por estar em trânsito rodoviário devido a obstruções na BR-040. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Marcos Vinicius Alves da Silva, vereador da Câmara Municipal de Divinópolis; Almir Alves dos Santos, pastor, coordenador do Centro de Recuperação de Dependência Química - Credeq - e da Casa Azul - Lagoa Santa; Bruno Guimarães, pastor e presidente da Comunidade Terapêutica SOL - Nova Lima; Clayton Martins Miranda, pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular; Ronaldo Fernandes de Moraes, pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular; e Pablo Silva, pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular - Contagem, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Leandro Genaro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Antônio Jorge, presidente - Ione Pinheiro - Léo Portela - Leandro Genaro.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.620, EM 6/5/2015**

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Agostinho Patrus Filho, Durval Ângelo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O deputado Rogério Correia retira-se da reunião. Registra-se a presença do deputado Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Gustavo Corrêa. O deputado Luiz Humberto Carneiro retira-se da reunião. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Durval Ângelo, que conclui pela manutenção do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620,

o presidente defere o pedido de vista do deputado Gustavo Corrêa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária em 7/5/2015, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Agostinho Patrus Filho - Durval Ângelo - Tiago Ulisses.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. João Cruz Reis Filho, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (16/4/2015 e 1º/5/2015) e André Quintão, Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (1º/5/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.583/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e Direitos Humanos para debater, em audiência pública, a proposta que institui a política estadual de prevenção, enfrentamento das violências, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais;

nº 1.584/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Fábio Cherem e Doutor Jean Freire, em que solicita seja formulada manifestação de apoio à Sra. Jandira Feghali, deputada federal pelo PC do B do Rio de Janeiro, em função da discriminação de gênero sofrida devido ao seu posicionamento político no exercício do seu mandato, no dia 6 de maio de 2015 na Câmara dos Deputados;

nº 1.585/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada visita conjunta das Comissões de Participação Popular, Assuntos Municipais e Regionalização e Direitos Humanos para verificar a situação das ocupações urbanas Rosa Leão, Esperança e Vitória;

nº 1.586/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja encaminhado ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte pedido de informações sobre o processo nº 01542-1992-003-03-00-0, em tramitação na Justiça do Trabalho desde 1992, no qual se pleiteiam verbas trabalhistas dos interessados junto a Rede Ferroviária Federal, sucedida pela União. Requer ainda informações sobre o endereço da empresa de Brasília que realizou os cálculos trabalhistas em 2004.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2015.

Marília Campos, presidente - Fábio Cherem - João Leite - Geisa Teixeira.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE MÁRCIO DA SILVA BOTELHO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO IMA, EM 12/5/2015**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Emidinho Madeira, Inácio Franco, Rogério Correia e Isaura Calais (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, *ad hoc*, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. A seguir, anuncia o registro da candidatura do deputado Antônio Carlos Arantes e do deputado Emidinho Madeira para presidente e vice-presidente, respectivamente. Feita a votação, ambos são eleitos. O presidente *ad hoc*, deputado Inácio Franco, proclama o resultado da eleição e declara empossado o deputado Antônio Carlos Arantes como presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente declara empossado como vice-presidente o deputado Emidinho Madeira e designa como relator da matéria o deputado Inácio Franco. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Inácio Franco - Durval Ângelo.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015**

Às 15h04min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Neilando Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Edilson Rodrigues, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, informando que sua empresa venceu licitações para reforma de escolas estaduais, mas que as obras ainda não foram iniciadas porque o Estado não tem recursos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação



de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 534, 601, 602, 626, 633, 634, 635 650 e 658/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.533/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento pedido de providências para inserção no programa de concessões de infraestrutura do governo federal a duplicação da Rodovia BR-135, desde o entroncamento da Rodovia BR-040 até o Município de Montes Claros; e a duplicação da Rodovia BR-251, no trecho compreendido entre Montes Claros e a Rodovia BR-116;

nº 1.534/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a realização da Operação Tapa Buraco e de recapeamento da Rodovia MG-401 no trecho asfaltado que liga os Municípios de Jaíba e Matias Cardoso, até a barragem do Rio São Francisco;

nº 1.535/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre: o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade, inaugurado em 2014 e que fornece informações sobre os investimentos publicitários, parou de ser atualizado; se a Subsecretaria de Comunicação Social adota o critério de pregão eletrônico para contratação de serviços gráficos e, caso negativo, qual o motivo; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços prestados a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade realizados a partir de 1º/1/2015, especificando-se os critérios utilizados para a sua definição, assim como a relação dos valores, dos objetos e dos veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais;

nº 1.630/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública em Araguari para debater as obras de duplicação da Rodovia MG-748, que liga a BR-050 à BR-365; e as obras da Rodovia MG-414, entre Araguari e o Estado de Goiás;

nº 1.632/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de providências para a construção de um viaduto com passarela no entroncamento da Rodovia BR-153 com a Rodovia MG-497, no Município de Prata;

nº 1.633/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado ao Grupo Triunfo e à Concessionária Concebra pedido de providências para a construção de um viaduto com passarela no entroncamento da Rodovia BR-153 com a Rodovia MG-497, no Município de Prata.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.634/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada visita à Agência Nacional de Aviação Civil, com o objetivo de debater as questões relacionadas ao Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves e à aviação regional;

nº 1.635/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República com o objetivo de debater as questões relacionadas ao Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves e à aviação regional;

nº 1.636/2015, do deputado Deiró Marra, do deputado Bonifácio Mourão, do deputado Carlos Pimenta e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada nova audiência pública para debater a transferência de voos regionais do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como a transferência de voos domésticos para o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade;

nº 1.637/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel e da deputada Rosângela Reis, em que solicitam seja encaminhado à Azul Linhas Aéreas manifestação de repúdio em razão dos preços elevados cobrados pelas passagens, da diminuição de oferta de voos regionais e do possível cancelamento da oferta de voos regionais operados no Aeroporto Carlos Drummond de Andrade;

nº 1.638/2015, do deputado Carlos Pimenta, do deputado Celinho do Sinttrocel, da deputada Rosângela Reis e do deputado Bonifácio Mourão, em que solicitam seja encaminhado à Azul Linhas Aéreas pedido de providências para que sejam mantidos os voos regionais do Aeroporto da Pampulha para as cidades-polo do Estado;

nº 1.639/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à Infraero pedido de providências para que as manobras de pouso e decolagem no Aeroporto de Governador Valadares possam ser operadas por instrumentos;

nº 1.641/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008; e seja encaminhado a esta Casa o projeto contratado e o plano contendo todas as intervenções e as planilhas de custos relativas a cada uma das referidas intervenções;

nº 1.642/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o fechamento do Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte;

nº 1.644/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais pedido de providências para o asfaltamento da estrada que liga a Rodovia BR-262 ao Município de Araújo;

nº 1.646/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública em Ponte Nova, para debater as obras públicas que visam à melhoria de acesso ao município, especificamente a construção do Anel Rodoviário que liga Ponte Nova a Viçosa, o contrato para execução do projeto básico de asfaltamento da estrada que liga Ponte Nova a Barra Longa e a construção da terceira pista da rodovia que liga Ponte Nova a Ouro Preto, com o objetivo de potencializar o aeroporto local;

nº 1.647/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública em Guaraciaba, para conhecer e debater os estudos para asfaltamento dos 25Km de estrada que ligam os Municípios de Guaraciaba e Porto Firme;

nº 1.648/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o sistema metroviário de Belo Horizonte, por solicitação do Sindicato dos Empregados de Empresas de Transportes Metroviários e Conexos de Minas Gerais.





É dado por prejudicado o Requerimento nº 1.649/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a execução das obras e a conservação das estradas que compõem o Sistema MG-050, especialmente a construção dos trevos no entroncamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2 e a construção das passarelas que ligam os Bairros Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora da Aparecida, em Passos, de responsabilidade da Concessionária Nascentes das Gerais conforme termo de parceria público-privada celebrado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Deiró Marra, presidente - Celinho do Sinttrocel - Douglas Melo.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015**

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício dos Srs. Sérgio Tadeu Borges, presidente da Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre (7/5/15), e José Antônio Cafiero, cônsul-geral da República Argentina em Belo Horizonte (30/4/15). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 411 e 495/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.526/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater as dificuldades enfrentadas pela indústria têxtil mineira, bem como os reflexos da crise na indústria de vestuário que em 2015 já demitiu cerca de 20 mil profissionais, o que representa aproximadamente 12% do contingente do setor no Estado;

nº 1.527/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater o regime tributário diferenciado para os produtores de queijo artesanal no Estado;

nº 1.528/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a finalidade de discutir a ampliação, o desenvolvimento e a expansão do sistema e infraestrutura aeroportuária no Estado;

nº 1.625/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Roberto Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a suspensão, a reavaliação, a reestruturação e o encerramento de programas pelo governo do Estado, por exemplo no Circuito Cultural Praça da Liberdade, com impactos no turismo e no comércio na capital;

nº 1.626/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater o Projeto de Lei nº 4.330/2004, em tramitação no Congresso Nacional, que trata de regras para terceirização de trabalhadores, o que representa um avanço normativo que enseja um aumento da produtividade das empresas, a garantia dos direitos dos trabalhadores e significativos benefícios para a economia nacional;

nº 1.627/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater a proposta do Crea-MG de exigir RT de todos os empreendimentos agropecuários;

nº 1.628/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhada à Concessionária Nascentes das Gerais cópia das notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, realizada no dia 4/5/2015, em São Sebastião do Paraíso;

nº 1.629/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa "Caminho de Minas", que beneficiará os Municípios de São Sebastião do Paraíso, Fortaleza de Minas e Jacuí, entre outros;

nº 1.631/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Felipe Attiê - Roberto Andrade - Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios



da Sra. Eliscrístina Pião, coordenadora-geral substituta de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2), publicados no *Diário do Legislativo* em 7/5/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Vanderlei Miranda - Felipe Attiê - Tito Torres - Thiago Cota - Arnaldo Silva.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco, Tony Carlos e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.650/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita sejam enviadas as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia, realizada no dia 11/5/2015, com a finalidade de debater o Novo Marco Regulatório do Setor Mineral, à Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a dar parecer ao Projeto de Lei Federal nº 37, de 2011; à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados; ao Ministério das Minas e Energia; à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; ao Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram - e à Associação dos Municípios Mineradores do Estado de Minas Gerais - Amig;

nº 1.651/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o aproveitamento do potencial minerário nos espaços especialmente protegidos como, por exemplo, das unidades de conservação;

nº 1.652/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à foz do Rio São Francisco para verificar *in loco* o avançado estado de degradação do rio;

nº 1.653/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a transposição e a revitalização do Rio São Francisco.

A seguir é aprovado o relatório da visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com o objetivo de discutir a situação energética e minerária de Minas Gerais, que segue publicado após as assinaturas. Registra-se a presença dos deputados Carlos Pimenta, Vanderlei Miranda e Felipe Attiê. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Emidinho Madeira - Dilzon Melo - Glaycon Franco.

### **RELATÓRIO DE VISITA**

#### **Comissão de Minas e Energia**

#### **Local visitado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede**

#### **Apresentação**

A requerimento do deputado Gil Pereira, a Comissão de Minas e Energia visitou, no dia 9/4/2015, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede -, para discutir a situação energética e minerária de Minas Gerais.

Participaram da visita o presidente da referida comissão, deputado Gil Pereira, e dois outros membros - deputado Bosco e deputado Glaycon Franco -, além do deputado Wander Borges. Os deputados foram recebidos pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Altamir de Araújo Rôso Filho; pelo subsecretário de Políticas Minerárias e Energéticas da Sede, José Guilherme Ramos; pela diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -, Cristiane Serpa; e pelo diretor do Indi, Rubens José de Amaral Brito.

#### **Relato**

O encontro ocorreu na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. O presidente da comissão manifestou a intenção de colaborar com o governo no sentido de fomentar investimentos nas diversas regiões do Estado, por meio da implantação de empreendimentos capazes de gerar emprego e estimular a economia em Minas Gerais.

Os deputados presentes ressaltaram a necessidade de que o gasoduto oeste, que deverá ser construído para alimentar a fábrica de amônia a ser implantada em Uberaba pela Petrobras, siga o trajeto que vai de Queluzito a Uberaba, cruzando 26 municípios mineiros, possibilitando assim diversificação da matriz energética e impulso ao desenvolvimento industrial da região. Além dessa opção de traçado, que possui 450km de extensão, há outras opções mais curtas para o gasoduto, de Ribeirão Preto a Uberaba ou de São Carlos a Uberaba. No entanto, os deputados salientaram que não deve ser analisado apenas o custo do gasoduto, mas sobretudo os benefícios gerados.

O secretário respondeu que o governo está empenhado em garantir a construção do gasoduto integralmente em território mineiro, de forma a assegurar um novo eixo de desenvolvimento no Estado. Para isso, estão sendo estudadas soluções técnicas e a melhor forma de viabilizar o empreendimento. Segundo ele, a construção de um gasoduto com um traçado inteiramente mineiro é das mais viáveis, contudo exige altos investimentos.

O desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a instalação de indústrias geradoras de energias alternativas, como a solar, foi outro tema abordado durante a visita. O secretário afirmou que o Estado vem negociando a instalação, em território mineiro, de



uma fábrica de painéis fotovoltaicos de uma empresa canadense de capital chinês. No momento, segundo ele, a empresa estaria buscando o melhor local para se instalar no Estado. O deputado Gil Pereira salientou que levar a indústria de placas de energia solar para a região Norte é um dos sonhos da comunidade local, destacando que a região tem ótimo potencial para esse tipo de energia. Presente à reunião, um dos representantes do Indi, Rubens Amaral, que acompanhou a diretora-presidente do órgão, Cristiane Serpa, informou que, nesse sentido, são boas as perspectivas e existem 16 projetos em estudo no Norte e no Noroeste do Estado.

O secretário Altamir Rôso ressaltou que, para atender melhor ao setor produtivo, é necessário promover algumas mudanças na legislação. Citou o caso do marco regulatório para a NR-12 da ABNT - Segurança em Máquinas e Equipamentos, alterada pela Portaria MTE nº 197, de dezembro de 2010, a respeito da qual a Confederação Nacional da Indústria - CNI - vem manifestando publicamente a preocupação do setor industrial brasileiro com os impactos que pode causar. A CNI e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - pleiteiam junto ao Ministério de Transporte e Emprego mudanças na norma em quesitos como adequações de máquinas usadas, obrigações distintas para fabricantes e importadores e tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o impacto social e econômico nos setores produtivos relativo aos custos para as adaptações ou substituições pretendidas.

Além da construção do gasoduto e do desenvolvimento da energia solar, os deputados trataram também de questões que vêm preocupando alguns setores econômicos importantes do Estado, como a crise hídrica e o marco regulatório da mineração.

O deputado Bosco solicitou empenho do governo para a construção de um anel viário em Ibiá (Alto Paranaíba), visando ao escoamento da produção da fábrica da Nestlé, hoje praticamente limitada à produção de leite em pó. Segundo disse, a fábrica tem interesse em ampliar suas instalações e diversificar a produção, mas esbarra em dificuldades de circulação de seus caminhões, que, atualmente, precisam passar no perímetro urbano, o que restringe a tonelagem de carga a ser transportada. Sobre esse aspecto, o secretário explicou que o Estado não conta com muitos recursos, mas disse que é possível construir “soluções alternativas”, como a isenção de ICMS.

O deputado Glaycon Franco defendeu a necessidade de se construir um marco regulatório da mineração, uma vez que o setor gera muitas divisas para o Estado e para a região de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco (Central); contudo observou que esses municípios estariam sofrendo com a redução de investimentos por parte das mineradoras, devido à queda do valor do minério de ferro. Manifestou preocupação, também, com a crise hídrica que afeta o Estado. Essas questões, segundo disse, exigem uma solução compartilhada.

O secretário Altamir Rôso falou da importância de ter a Assembleia como interlocutora, juntamente com a iniciativa privada, e fez considerações sobre as inúmeras dificuldades que os empreendimentos enfrentam na área ambiental, lembrando que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - está contornando uma grande crise, após uma operação-padrão que durou oito meses, envolvendo todos os seus funcionários.

Por sua vez, o deputado Wander Borges apresentou também alguns pleitos da região de Sabará, Santa Luzia e da Grande BH relacionados com obras na BR-381, na divisa entre os dois municípios.

Os parlamentares e o titular da Sede reconheceram a importância da aproximação entre a ALMG e a referida pasta, para discutirem os temas relacionados com a situação energética e minerária de Minas Gerais, de forma a atuarem conjuntamente em busca da solução para as dificuldades observadas.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Glaycon Franco - Dilzon Melo - Tony Carlos.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, com a presença de representantes da Emater, Copasa, Copam e demais entidades, a preservação das nascentes do Estado de Minas Gerais, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Comissão de Minas e Energia convidando a participar da reunião com convidados dessa comissão no dia 20/5/2015, às 10 horas, com a finalidade de apresentar o aplicativo Agrosmart, desenvolvido com o intuito de economizar água e energia, e que contribui com o aumento da produtividade da agricultura. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 341/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Dilzon Melo. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Adauta Oliveira Braga, diretora de Desenvolvimento e Conservação Florestal do Instituto Estadual de Florestas; e Lígia Vial, assessora jurídica, representando a superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente - Amda -; e os Srs. Márcio Tadeu Pedrosa, assessor da Diretoria de Meio Ambiente, representando a diretora-presidente da Copasa; Guilherme da Silva Oliveira, analista ambiental, representando o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Guilherme Gonçalves, assessor técnico, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Ênio Resende, coordenador técnico de meio ambiente, representando o presidente da Emater-MG; Marcus Vinícius Polignano, presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio da Velhas, representando o coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande-Uberaba-MG; e Licínio Xavier, assessor de meio ambiente da Associação Mineira dos Municípios, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Marília Campos, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas



considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a saída do deputado Inácio Franco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e com a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em turno único, do Projeto de Lei nº 370/2015 (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.661/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, o processo de autorização ou licenciamento ambiental da extração de cascalho para aplicação em obras de conservação ou recuperação de estradas vicinais nos municípios;

nº 1.662/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - pedido de providências com vistas a transferir para os municípios que contem com órgão ambiental capacitado e conselho de meio ambiente a competência para autorizar o funcionamento ou promover o licenciamento de atividade de extração de cascalho em jazidas de até dois hectares para aplicação em obras de conservação ou recuperação de estradas vicinais nos respectivos territórios, executadas por órgão ou entidade do próprio município, sem prejuízo de eventuais exigências referentes à exploração de direitos minerários;

nº 1.663/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo, Carlos Pimenta e Antônio Carlos Arantes e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, para debater as medidas de proteção e preservação da nascente do Rio São Francisco, localizada no Município de São Roque de Minas, um dos municípios que abriga o Parque Nacional da Serra da Canastra;

nº 1.664/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Ricardo Faria, em que solicitam seja realizada visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Parque Fernão Dias, localizado entre os Municípios de Contagem e Betim para conhecer as condições de preservação do referido parque;

nº 1.665/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ofício requerendo que sejam priorizados e agilizados os projetos de lei em tramitação que dispõem sobre os temas ligados aos recursos hídricos, em especial no que diz respeito à conservação e uso racional da água e à educação ambiental;

nº 1.666/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater - pedido de providências solicitando a realização de estudos para identificar as nascentes existentes na Serra do Cabral, a começar pelo Município de Francisco Dumont, e propor ações imediatas de preservação destas nascentes;

nº 1.667/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad, ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam, à Cia de Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais - Ibama -, e à Agência Nacional de Águas - ANA - pedido de providências solicitando averiguação de denúncias em relação a devastação de flora, fauna e nascentes na Serra do Cabral, no Município de Francisco Dumont e cidades em seu entorno. Solicita, ainda, que haja a verificação *in loco* e a disposição de medidas urgentes e necessárias para coibir as inúmeras agressões ao meio ambiente no local, reportando a esta comissão os resultados das fiscalizações empreendidas em razão dessa denúncia;

nº 1.672/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado à diretora-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, tendo como base as disposições estabelecidas pelo Projeto de Lei nº 12.503/1977, que cria o Programa de Conservação da Água; e

nº 1.673/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, em que solicita seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências solicitando estudos técnicos para que se retome o Programa Bolsa Verde, esboçado pela Lei Estadual 17.727, de 2008, e pelo Decreto nº 45.113, de 2009, estimulando assim a proteção das matas ciliares e das nascentes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Marília Campos.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Projeto de Lei nº 1.266/2015 e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cristiano





Silveira). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isaur Calais - Bonifácio Mourão - Dalmo Ribeiro Silva - Antônio Jorge - Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015**

Às 16h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, A presidente, deputada Cristina Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ballet Jovem Palácio das Artes em que agradece à Comissão de Cultura pelo apoio dos membros às suas reivindicações. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.412/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, novas formas de execução de políticas públicas estaduais voltadas para a área de cultura, principalmente as relacionadas à Lei de Incentivo à Cultura e com o Fundo Estadual de Cultura;

nº 1.413/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, o futuro e a sobrevivência da Fundação TV Minas Cultural e Educativa;

nº 1.414/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, no Município de Além Paraíba, a situação do patrimônio cultural desse município, com atenção especial aos bens culturais associados ao transporte ferroviário;

nº 1.578/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Município de Nova Resende, com a finalidade de conhecer e participar do Circuito Mineiro da Queima do Alho, que acontecerá em 30/5/2015;

nº 1.682/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Resende Costa pela passagem de seu aniversário.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.683/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizado debate público desta Comissão com a finalidade de discutir a luta de resistência cultural dos negros através dos chamados clubes de negros existentes em Minas Gerais como parte da história, memória e patrimônio cultural imaterial do Estado;

nº 1.684/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater a suspensão das visitas ao Museu Palácio da Liberdade em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Cristina Corrêa, presidente - Ione Pinheiro - Thiago Cota - Wander Borges.

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 148/2015 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas 3, 4 e 5 (relator: deputado Sargento Rodrigues) e 488/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Elismar Prado). O Projeto de Lei nº 357/2015, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Noraldino Júnior, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.708/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Anatel e às operadoras de telefonia Vivo, Claro, Tim e Oi pedido de providências para impedir que os consumidores do Município de Frutal tenham seus direitos violados com o bloqueio e a forma de comercialização da internet móvel;

nº 1.709/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Elismar Prado, em que solicitam a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 148/2015;

nº 1.710/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências para realizar auditoria no contrato da empresa Cesama, de Juiz de Fora;

nº 1.711/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Elismar Prado, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, juntamente com o Departamento de Vigilância Sanitária de



Juiz de Fora, à empresa Unihealth Logística Ltda. para realização de fiscalização, em face das irregularidades veiculadas na mídia local;

nº 1.712/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Elismar Prado, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pedido de informação solicitando o envio à comissão de cópia do contrato entre a empresa Unihealth Logística Ltda. e a referida prefeitura, em face das irregularidades existentes, conforme divulgação na mídia local;

Ficam fixados o dia e o horário das reuniões ordinárias da comissão, a partir do dia 28/5/2015, para as quintas-feiras, às 10 horas, no Plenarinho III desta Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2015.

Elismar Prado, presidente - Douglas Melo - Noraldino Júnior - Sargento Rodrigues.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar a matéria constante na pauta e a votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 660/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.706/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre diplomas supostamente falsos expedidos pela Universidade do Estado de Minas Gerais para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada à comissão;

nº 1.707/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado ao reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre diplomas supostamente falsos expedidos pela Universidade do Estado de Minas Gerais para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada à comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2015.

Douglas Melo, presidente - Ivair Nogueira - Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina à proceder a entrega dos votos de congratulações aos policiais militares lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela participação em ocorrência, em Bueno Brandão, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, coletes a prova de balas, granada, banana de dinamite e quantia em dinheiro e na prisão de sete pessoas. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Cap. PM Emiliano Lages Ferreira; Subten. PM Paulo César de Almeida; Cb. PM Sérgio Victor Pereira de Carvalho; Sd. PM Neivaldo Jordão Salgueiro Júnior; 3º-Sgt. PM Benedito Vicente Martins Filho, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 531, 580 a 587, 597 a 599, 603, 614, 617, 620, 622 a 624, 640 a 642, 651 e 677/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.716/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater sobre a ocorrência registrada por meio do Redes 2015-009850597-001, especialmente no que se refere ao longo período necessário para sua formalização, cujo atendimento teve início por volta de 0h4min do dia 11/5/2015 e término às 20h22min do dia 12/5/2015, com prejuízo ao policiamento militar, já que os policiais integrantes da equipe ficaram impedidos de realizar suas tarefas durante cerca de 42 horas;

nº 1.717/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhada manifestação de pesar ao chefe da Polícia Civil, bem como aos familiares da delegada de polícia Eliana Bettoni, por seu falecimento;

nº 1.718/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a construção da sede do Batalhão da Polícia Militar da Regional Venda Nova, nesta Capital;



nº 1.720/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública na cidade de Conceição do Mato Dentro, com a finalidade de discutir os elevados índices de criminalidade e o aumento do efetivo policial no município;

nº 1.724/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a segurança na Estação São Gabriel;

nº 1.732/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 200ª Cia. PM e no 17º BPM pela apreensão de mais de uma tonelada de maconha na operação realizada no dia 13/5/2015, no Município de Uberlândia, e que manifestação seja entregue em reunião da Comissão de Segurança Pública;

nº 1.733/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para entrega dos diplomas referentes à manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na Cia. PM Ind. Cães, pela participação em operação realizada no dia 14/4/15, no Município de Sabará, quando foi localizada a quantia de R\$ 476.640,00.

É aprovado o relatório da visita ao Departamento de Operações Especiais (DEOESP), realizada no dia 6/5/2015, com o objetivo de verificar as condições de trabalho do efetivo ali lotado, bem como as condições estruturais das instalações e a logística de solução porventura adotada, o qual segue após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Segurança Pública

#### Local visitado: Departamento Especializado de Operações Especiais da Polícia Civil - Deoesp -, em Belo Horizonte

#### Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 6/5/2015, às 10h30min, o Departamento Especializado de Operações Especiais da Polícia Civil - Deoesp -, situado na Av. Amazonas, 7.025, Nova Gameleira, em Belo Horizonte.

O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues, foi recebido pelo delegado-chefe do Deoesp, Ramon Sandoli de Aguiar Lisboa, e pelos delegados João Marcos de Andrade, Daniel Baltazar, Thiago Machado, Talita Martins Soares e Bruno Wink, integrantes da equipe do departamento.

#### Relato

O objetivo da visita foi verificar as condições de trabalho dos servidores, a situação estrutural das instalações do Deoesp e a logística adotada para o exercício da atividade de polícia judiciária pelo departamento.

O Deoesp tem como atribuição a repressão qualificada ao crime organizado, sendo uma unidade de referência da Polícia Civil, com atuação sobretudo em casos de alta complexidade e em situações de crise. O órgão, que engloba sete delegacias investigativas, atua em casos de sequestros, grandes roubos, como assaltos a bancos, e em situações em que haja o envolvimento de reféns. A natureza das atribuições do Deoesp exige a lotação na unidade de agentes públicos altamente qualificados e experientes, assim como infraestrutura e logística compatíveis com o nível de complexidade de suas competências.

Segundo o delegado Ramon Sandoli Lisboa, atualmente o Deoesp conta com cerca de 130 policiais e 30 viaturas, mas apenas 10 estão em condições totalmente operacionais. Ressaltou também que a maior parte dessas viaturas foi destinada ao órgão por meio de depósito judicial, ou seja, são veículos apreendidos do crime organizado. De acordo com o delegado, o Deoesp teve uma melhoria nas suas condições de trabalho nos últimos meses, sobretudo com a lotação de novos agentes públicos no departamento. Relatou ainda que está satisfatório o acesso dos policiais a armamentos e itens de segurança, tais como coletes à prova de balas; contudo, ressaltou que o Deoesp ainda necessita de melhorias no quadro de pessoal e na logística. Apontou que, para completar a equipe, seriam necessários cerca de 30 novos profissionais. Ele também disse existir uma deficiência no número de viaturas. Ressaltou que as ações do Deoesp exigem com frequência viagens emergenciais e para longas distâncias, denotando a necessidade de que todos os veículos na unidade estejam operacionais a qualquer tempo. Sandoli disse que, para atender completamente às necessidades do órgão, seria necessária uma frota ativa de 40 viaturas.

Outra demanda apresentada durante a visita está relacionada com a limpeza externa do prédio. Segundo Sandoli, é urgente que a área seja capinada e que sejam recolhidos possíveis entulhos que possam acumular água. O ambiente, segundo o delegado, tem favorecido a ocorrência de pragas como o mosquito da dengue e até mesmo escorpiões.

Durante a visita, o deputado Sargento Rodrigues ressaltou a importância da busca da integração entre as Polícias Civil e Militar e defendeu o treinamento integrado entre as equipes do Deoesp e do Grupo de Ações Táticas Especiais - Gate - da Polícia Militar. A medida foi considerada importante pelos delegados do Deoesp.

O deputado Sargento Rodrigues visitou os gabinetes, as salas, o cartório e o pátio do departamento. Além de constatar problemas como o pouco espaço em algumas salas de trabalho, foi possível notar o estado precário de móveis e armários e algumas infiltrações de água, principalmente no cartório da unidade. Também ficou nítida a urgência de se promover a limpeza da vegetação e do entulho no entorno do departamento, que representam riscos de endemias não apenas para os servidores, mas também para a comunidade vizinha.

#### Conclusão

Após a visita, o deputado Sargento Rodrigues disse que a Comissão de Segurança Pública iria deliberar sobre providências a serem tomadas diante dos problemas constatados no Deoesp. Além disso, o deputado ressaltou que a ALMG tem como contribuir para a



atuação do departamento no momento da votação das leis orçamentárias, priorizando o órgão, bem como por meio da destinação de emendas parlamentares. Ao final da visita, elogiou o trabalho dos policiais, que, mesmo com todas as limitações, têm atuado com afinco nas missões destinadas ao departamento.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Segurança Pública

#### Local visitado: Departamento Especializado de Operações Especiais da Polícia Civil - Deoesp -, em Belo Horizonte

#### Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 6/5/2015, às 10h30min, o Departamento Especializado de Operações Especiais da Polícia Civil - Deoesp -, situado na Av. Amazonas, 7.025, Nova Gameleira, em Belo Horizonte.

O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues, foi recebido pelo delegado-chefe do Deoesp, Ramon Sandoli de Aguiar Lisboa, e pelos delegados João Marcos de Andrade, Daniel Baltazar, Thiago Machado, Talita Martins Soares e Bruno Wink, integrantes da equipe do departamento.

#### Relato

O objetivo da visita foi verificar as condições de trabalho dos servidores, a situação estrutural das instalações do Deoesp e a logística adotada para o exercício da atividade de polícia judiciária pelo departamento.

O Deoesp tem como atribuição a repressão qualificada ao crime organizado, sendo uma unidade de referência da Polícia Civil, com atuação sobretudo em casos de alta complexidade e em situações de crise. O órgão, que engloba sete delegacias investigativas, atua em casos de sequestros, grandes roubos, como assaltos a bancos, e em situações em que haja o envolvimento de reféns. A natureza das atribuições do Deoesp exige a lotação na unidade de agentes públicos altamente qualificados e experientes, assim como infraestrutura e logística compatíveis com o nível de complexidade de suas competências.

Segundo o delegado Ramon Sandoli Lisboa, atualmente o Deoesp conta com cerca de 130 policiais e 30 viaturas, mas apenas 10 estão em condições totalmente operacionais. Ressaltou também que a maior parte dessas viaturas foi destinada ao órgão por meio de depósito judicial, ou seja, são veículos apreendidos do crime organizado. De acordo com o delegado, o Deoesp teve uma melhoria nas suas condições de trabalho nos últimos meses, sobretudo com a lotação de novos agentes públicos no departamento. Relatou ainda que está satisfatório o acesso dos policiais a armamentos e itens de segurança, tais como coletes à prova de balas; contudo, ressaltou que o Deoesp ainda necessita de melhorias no quadro de pessoal e na logística. Apontou que, para completar a equipe, seriam necessários cerca de 30 novos profissionais. Ele também disse existir uma deficiência no número de viaturas. Ressaltou que as ações do Deoesp exigem com frequência viagens emergenciais e para longas distâncias, denotando a necessidade de que todos os veículos na unidade estejam operacionais a qualquer tempo. Sandoli disse que, para atender completamente às necessidades do órgão, seria necessária uma frota ativa de 40 viaturas.

Outra demanda apresentada durante a visita está relacionada com a limpeza externa do prédio. Segundo Sandoli, é urgente que a área seja capinada e que sejam recolhidos possíveis entulhos que possam acumular água. O ambiente, segundo o delegado, tem favorecido a ocorrência de pragas como o mosquito da dengue e até mesmo escorpídeos.

Durante a visita, o deputado Sargento Rodrigues ressaltou a importância da busca da integração entre as Polícias Civil e Militar e defendeu o treinamento integrado entre as equipes do Deoesp e do Grupo de Ações Táticas Especiais - Gate - da Polícia Militar. A medida foi considerada importante pelos delegados do Deoesp.

O deputado Sargento Rodrigues visitou os gabinetes, as salas, o cartório e o pátio do departamento. Além de constatar problemas como o pouco espaço em algumas salas de trabalho, foi possível notar o estado precário de móveis e armários e algumas infiltrações de água, principalmente no cartório da unidade. Também ficou nítida a urgência de se promover a limpeza da vegetação e do entulho no entorno do departamento, que representam riscos de endemias não apenas para os servidores, mas também para a comunidade vizinha.

#### Conclusão

Após a visita, o deputado Sargento Rodrigues disse que a Comissão de Segurança Pública iria deliberar sobre providências a serem tomadas diante dos problemas constatados no Deoesp. Além disso, o deputado ressaltou que a ALMG tem como contribuir para a atuação do departamento no momento da votação das leis orçamentárias, priorizando o órgão, bem como por meio da destinação de emendas parlamentares. Ao final da visita, elogiou o trabalho dos policiais, que, mesmo com todas as limitações, têm atuado com afinco nas missões destinadas ao departamento.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio.

### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE AUGUSTO NUNES-FILHO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO, EM 14/5/2015

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Fábio Cherem e Gil Pereira, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do





Sr. Augusto Nunes Filho, indicado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidente retoma os trabalhos ordinários da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 9/2015 (relator: deputado Fábio Cherem). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Fábio Cherem, presidente - Cristina Corrêa - Gil Pereira.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015**

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Fábio Avelar Oliveira (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Arlen Santiago e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Geraldo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 225/2015 (relator: deputado Geraldo Pimenta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 573/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.725/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio de Minas Gerais - Caopp - pedido de providências, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 29/4/2015, em que consta o depoimento da Sra. Márcia Regina Ferreira, para averiguação das denúncias apresentadas contra o Sr. Fernando Pereira Gomes Neto, prefeito Municipal de Lagoa Santa;

nº 1.726/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 29/4/2015, em que consta o depoimento da Sra. Márcia Regina Ferreira, para averiguação das denúncias apresentadas em desfavor do Sr. Almir de Carvalho Cesário, delegado de Polícia Civil, quando da intimação da depoente acima, e instauração do inquérito respectivo;

nº 1.727/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater a desconstrução do mito sobre a abolição da escravidão no Brasil;

nº 1.728/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater o projeto de lei que dispõe sobre a equiparação salarial dos peritos criminais e dos policiais civis;

nº 1.729/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, no Município de Bocaiúva, Distrito de Engenheiro Dolabela, para debater a difícil situação em que vivem as famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização Agrária - Incra - no P.A. Betinho;

nº 1.730/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada visita dos membros da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com os membros das Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular, às ocupações urbanas Rosa Leão, Esperança e Vitória;

nº 1.731/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater os 25 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069, de 1990 -, a ser celebrado em 13 de julho de 2015;

nº 1.734/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Direitos Humanos de Montes Claros pedido de providências para que se investigue a possível cobrança irregular de tributos municipais incidentes sobre a população de alguns bairros desse município;

nº 1.735/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Montes Claros pedido de providências para que sejam sanadas as deficiências de infraestrutura em bairros desse município, como carência de escolas, transporte escolar e saúde relatadas na 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos realizada nesse município, acompanhado das notas taquigráficas dessa reunião;

nº 1.736/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria de Justiça de Montes Claros, à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, à Procuradoria da República em Montes Claros e à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal no Norte de Minas pedido de providências para que seja fiscalizada a execução do programa Minha Casa, Minha Vida em Montes Claros, acompanhado das notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada nesse município, que contém denúncias de desvios na execução desse programa;

nº 1.737/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura e à Diretoria de Habitação Popular e Cidadania da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Montes Claros pedido de providências para que sejam entregues as



moradias previstas no Programa Federal Minha Casa, Minha Vida aos moradores de área de risco, acompanhado das notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos realizada nesse município;

nº 1.738/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de informações sobre as conclusões das apurações das denúncias contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada nesse município;

nº 1.739/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria de Polícia Civil e à Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, relativas às denúncias apresentadas sobre a não conclusão ou ao indevido encaminhamento de inquéritos relativos ao abuso sexual de crianças e adolescentes em casa de acolhimento, em particular ao que se relaciona à fala do advogado Marco Estevão Bonfim da Silva;

nº 1.740/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, para que se acompanhem as apurações em curso na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre as denúncias contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude dessa comarca, no que se relaciona a esse assunto;

nº 1.741/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes do Ministério Público de Minas Gerais - Caodca - e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais - Caodh - pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, para envidarem esforços, no escopo de suas atribuições, para o devido acompanhamento das denúncias relativas à atuação do Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena; para que se acompanhem as apurações em curso na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre essas mesmas denúncias; para que sejam averiguadas outras denúncias contidas nessas notas sobre a não conclusão ou indevido encaminhamento de inquéritos policiais relativos ao abuso sexual de crianças e adolescentes em casa de acolhimento, em particular em particular ao que se relaciona à fala do advogado Marco Estevão Bonfim da Silva;

nº 1.742/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-MG - e à 3ª Subseção da OAB-MG, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, para que se acompanhem as apurações em curso na Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e as denúncias contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude dessa comarca;

nº 1.751/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia de Polícia Civil pedido de providências para investigação e acompanhamento da denúncia apresentada pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Sindpol-MG - contra o Sr. Eder Lauer de Almeida, investigador lotado no 6º Distrito de Belo Horizonte.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.756/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Segurança Pública para debater, em audiência pública, o projeto de lei que dispõe sobre a equiparação salarial dos peritos criminais e dos policiais civis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.

Durval Ângelo, presidente.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE LIZA PRADO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS - UTRAMIG - , EM 14/5/2015**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Celinho do Sinttrocel e Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ione Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública da Sra. Liza Prado, indicada para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir a indicada e proceder à sua arguição pública, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 6/2015 (relatora: deputada Ione Pinheiro). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/5/2015**

Às 9 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Thiago Cota. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes com a finalidade de fortalecer e ampliar o espaço para discussão do referido tema, e a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se as presenças dos deputados Cabo Júlio e Fábio Cherem. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Célia Nahas, coordenadora Especial de Política Pró Criança e Adolescente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania; Rosilene Cristina Rocha, secretária-adjunta de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Soane Pereira de Souza, referência técnica da Coordenadoria de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente; Iara Félix Viana, superintendente de Modalidades e Temáticas Especiais; Valéria Rodrigues, juíza da Vara Infração da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte; e Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, promotora de justiça coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e os Srs. Leonardo Nader, subsecretário de Promoção de Direitos Humanos; Kleber Rangel Silva, coordenador de Doenças e Agravos Não Transmissíveis; Ananias Neves Ferreira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca; Moisés Barbosa Ferreira Costa, membro da Coordenação do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; e Washington de Sá, coordenador de projetos e programas do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil - IPG-BR, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Durval Ângelo, presidente.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/5/2015**

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Alessandra Vitar Sudério Penha, vereadora da Câmara Municipal de Três Pontas, solicitando a intervenção desta comissão junto à Secretaria de Estado de Defesa Social para que seja analisada a possibilidade de doação de veículo para a Guarda Municipal de Três Pontas; e do Sr. Danilo Caldarele Dias, vereador da Câmara Municipal de São Pedro dos Ferros, solicitando a intervenção desta comissão junto à Polícia Militar e à Secretaria de Defesa Social para que seja determinado o retorno do policiamento para o Distrito de Águas Férreas e para o aumento do efetivo policial no Município de São Pedro dos Ferros; e de e-mail do Sr. João Ernani de Lima Marreco, encaminhando por meio do Fale com a Assembleia denúncia de furto de 80% dos equipamentos da Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, no Município de Fervedouro e solicitando a ajuda para a solução do problema. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 14/7/2015: ofícios da Sra. Tânia Maria de Azevedo Grandal Coêlho, juíza de direito da Comarca de Bueno Brandão; e do Sr. Guilherme Calmon, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Carlitos Alves dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Viçosa, que é convidado a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 678, 715, 717, 718, 719 e 723 a 730/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.762/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública, em caráter de urgência, para debater a equiparação salarial dos policiais e bombeiros militares e dos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos, tendo em vista o que dispõe o art. 39, I, da Constituição da República;

nº 1.763/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, em caráter de urgência, para debater o projeto de lei que dispõe sobre a equiparação salarial dos peritos criminais e dos policiais civis;

nº 1.764/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Sete Lagoas pedido de providências para que recursos financeiros arrecadados com prestações pecuniárias na unidade

sejam destinados a investimentos na segurança pública no município e região, sobretudo na infraestrutura das Polícias Civil e Militar, bem como nos conselhos municipais de segurança pública e nas políticas municipais de segurança;

nº 1.765/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em Sete Lagoas, às Sras. Simone Maria Bellezia, promotora de justiça da Vara da Infância e da Juventude de Sete Lagoas; Danielle Fróes Soares dos Santos, defensora pública; e aos Srs. Márcio Reinaldo Dias Moreira, prefeito municipal; Silvio Augusto de Carvalho, secretário municipal de Segurança, Trânsito e Transporte; Fabrício Augusto de Carvalho do Nascimento, presidente da Câmara Municipal; ao Cel. PM Maurício Antônio dos Santos, subsecretário de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social, ao Maj. PM Marcelo Alves Coelho, subcomandante da 25ª Batalhão de Polícia Militar, ao Cel. PM Gilmar Prates Teixeira, comandante da 14ª Região da Polícia Militar, ao Cap. BM Christian André Ferreira, comandante da 3ª Companhia do Corpo de Bombeiros; aos Srs. João Simões de Almeida Júnior, comandante da Guarda Municipal; Edilson Rumbelsperger Rodrigues, juiz da 1ª Vara Criminal de Sete Lagoas; Rodrigo Couto, promotor de justiça da Comarca de Sete Lagoas; Juarez Ferreira da Luz, delegado regional da Polícia Civil; Wagner Lucas Fernandes Soares, diretor do Presídio de Sete Lagoas; e Flávio Tulio Costa Fonseca, presidente da Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas; e pedido de providências para que as propostas e ações de combate à criminalidade no município e região debatidas na referida reunião sejam implementadas;

nº 1.766/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. Carlitos Alves dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Viçosa;

nº 1.767/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Pedra Azul, em caráter de urgência, para debater e buscar as medidas necessárias para o enfrentamento do aumento do índice de criminalidade local;

nº 1.768/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com relação à situação dos policiais militares que residem nas moradias funcionais do Residencial das Américas, pelo programa Lares Gerais, que terão que desocupar essas unidades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/5/2015**

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BVC) e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 1.267 e 1.405/2015, no 1º turno, dos quais avoca para si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 24/2015 e os Projetos de Lei nºs 13, 480, 495, 788, 790, 1.003, 1.097 e 1.350/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados João Alberto, o primeiro, o quarto e o sétimo; Antônio Jorge, o segundo; Professor Neivaldo, o terceiro, o quinto, o sexto e o último; Dalmo Ribeiro Silva, o penúltimo projeto. São aprovados requerimentos do deputado Antônio Jorge solicitando que os Projetos de Lei nºs 1.006 e 1.086/2015 sejam apreciados em primeiro e em segundo lugar dessa fase. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.006/2015 e ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Jequeri o Projeto de Lei nº 1.086/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.120/2015, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1 do deputado Professor Neivaldo. Submetido à votação, é aprovado o parecer e a Proposta de Emenda nº 1. Fica aprovada a nova redação do parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 48/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); 52 e 827/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 324 e 808/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo, ambos em virtude de redistribuição); 724 e 803/2015 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva, ambos em virtude de redistribuição); 1.043/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 322 e 804/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Leonídio Bouças e Isauro Calais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 339 e 347/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Professor Neivaldo, ambos em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.011, 1.085 e 1.098/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados, em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Dalmo Ribeiro Silva, os dois primeiros, e Leonídio Bouças, o último, todos em virtude de redistribuição. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.254/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Professor Neivaldo. Registra-se a saída do deputado Isauro Calais. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 1.267 e 1.405/2015 (relator:





deputado Leonídio Bouças). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 742 e 983/2015 (relatores: deputados Isauro Calais, o primeiro e Leonídio Bouças, o último). São convertidos em diligência aos autores dos Projetos de Lei nºs 984 e 1.217/2015 (relatores: deputados Bonifácio Mourão, o primeiro, em virtude de redistribuição, e Leonídio Bouças, o segundo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos respectivos autores dos Projetos de Lei nºs 984, 986 a 989, 993, 995, 996 e 998/2015 e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais relativamente ao Projeto de Lei nº 991/2015, para que instrua as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Isauro Calais - Sargento Rodrigues.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/5/2015**

Às 9h40min, comparece na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a ocorrência de tráfico e uso de drogas no campus da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, na Pampulha, principalmente no Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich -, e a discutir e votar proposições da Comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Jaime Arturo Ramírez, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, o Maj. - PM Harley Wallace Moreira, chefe de Seção de Operações da Diretoria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -, representando o Cel.-PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da PMMG, e os Srs. Márcio Lobato, chefe do Departamento Antidrogas da Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, e Sérgio Barboza Menezes, superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola e do deputado João Leite. A seguir, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.783/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública, em caráter de urgência, para debater e solicitar providências sobre os fatos envolvendo o Sd-PM Alessandro Augusto da Silva, atualmente lotado no 45º Batalhão de Polícia Militar, em Paracatu, que responde a processo administrativo disciplinar pela suposta prestação de serviço como segurança no Município de Pedra Bonita;

nº 1.784/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que solicitam seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à investigação, da forma mais adequada e célere possível, das circunstâncias da morte do jornalista Evany José Metzker, no Município de Padre Paraíso; e à Procuradoria-Geral do Ministério Público, para que acompanhe esse caso no âmbito de sua competência;

nº 1.785/2015, do deputado João Leite e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública ao Município de Padre Paraíso para conhecer as denúncias feitas pelo jornalista Evany José Metzker sobre exploração sexual de crianças e tráfico de mulheres na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri;

nº 1.786/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em Uberlândia, para debater sobre roubos de cargas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;

nº 1.787/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da audiência pública da Comissão de Segurança Pública, realizada em 14/5/2015, em Sete Lagoas;

nº 1.788/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para o aumento da segurança no entorno das universidades, em Sete Lagoas;

nº 1.789/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências com vistas à melhoria do atendimento 190 em Sete Lagoas;

nº 1.790/2015, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Celise Laviola, em que solicita seja encaminhado à Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública e pedido de providências para que trabalhem de forma compartilhada e integrada na área de inteligência e também na efetivação das ações que visem reprimir, combater e prevenir o uso e o tráfico de drogas no câmpus da Universidade Federal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Celise Laviola - Cabo Júlio.

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/5/2015**

Às 9h11min, comparece na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a oncologia em Minas Gerais e a aplicação da Lei nº 12.732, de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de pacientes com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Doutor Wilson Batista, em 21/5/2015, informando que não pôde comparecer à audiência da comissão, em virtude de compromissos anteriormente agendados, parabeniza a comissão pela iniciativa deste debate e relembra que a Lei nº 20.658, de 2013, de sua autoria, tornou política de Estado a utilização de unidades móveis para a realização de exames de prevenção ao câncer em todas as regiões e que está em tramitação, também de sua autoria, o Projeto de Lei nº 367/2015, que assegura o acesso a exames de diagnóstico de câncer e estipula prazo de 60 dias para a realização deles, quando houver suspeita de existência da doença, permitindo que os pacientes tenham uma maior possibilidade de cura. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Márcia Dayrel, coordenadora da Rede de Atenção às Doenças Crônicas da Secretaria de Estado da Saúde, representando o secretário; Luciana de Gouveia Viana, diretora do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais; e os Srs. Eder Lúcio de Souza, superintendente de Gestão Hospitalar da Fundação Benjamin Guimarães do Hospital da Baleia, representando a diretora-presidente; Gláucio de Oliveira Nangino, assessor técnico da Superintendência de Assistência à Saúde do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, representando o superintendente-geral; Mauro Oscar Lima, superintendente do Hospital Márcio Cunha de Ipatinga; Dilson de Quadros Godinho Jr., presidente da Fundação Dilson Godinho (Hospital Dilson Godinho) de Montes Claros; Marcos Eduardo de Andrade, coordenador da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia da Santa Casa de Alfenas; Gustavo Marques Braga, diretor hospitalar do Hospital Alberto Cavalcanti, de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/5/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Paulo Lamac opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/5/2015****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:



No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa.  
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 761 a 764/2015, do deputado Ivair Nogueira.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimento nº 434/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.  
Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:  
Em turno único: Projetos de Lei nºs 132/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Anselmo José Domingos; e 252/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos nºs 685, 686, 687, 688 e 689/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 714/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 742, 743 e 744/2015, da Comissão de Segurança Pública; 769/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 770 e 771/2015, do deputado Bosco; 772/2015, do deputado Anselmo José Domingos.

Finalidade: debater, com a presença de convidados, as falhas técnicas apresentadas nos viadutos construídos na Avenida Pedro I, em Belo Horizonte, e os transtornos causados aos moradores da região.

Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 359/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 427/2015, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 31/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 760/2015, do deputado Anselmo José Domingos.

Audiência pública com a finalidade de ouvir os conselhos regionais da área de saúde, a fim de colher sugestões para o desenvolvimento da saúde pública no Estado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública com convidados para debater as diretrizes de participação popular propostas pelo governo do Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2015, às 9 horas, na Câmara Municipal de Divinópolis, com a presença





de convidados, com a finalidade de debater a situação do Hospital São João de Deus, que passa por sérias dificuldades, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2015**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Cabo Júlio, Durval Ângelo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2015, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2015, do deputado Lafayette de Andrada e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Rogério Correia, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Gustavo Corrêa e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 269/2015, do deputado Inácio Franco, 393/2015, do deputado Fred Costa, 594/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, e 604/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; de votar, em turno único, o Requerimento nº 659/2015, do deputado Isauro Calais; de debater, com a presença de convidados, a situação das guardas municipais do Estado, bem como as disposições da Lei nº 13.022/14, de discutir e votar pareceres de redação final e discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, a transposição e revitalização do Rio São Francisco, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o andamento das obras de despoluição e revitalização das Lagoas da Pampulha e Vargem das Flores e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Cássio Soares, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2015, às 8 horas, na Associação Atlética Banco do Brasil, em Itaobim, com a presença de convidados, com a finalidade de debater o atendimento em saúde na região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e o impacto da judicialização da saúde nos municípios e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 28/5/2015, às 14 horas, na Câmara de Dirigentes Lojistas em Teófilo Otôni, com a presença de convidados, com a finalidade de debater as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais da região e o impacto da judicialização da saúde nos municípios e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.



Arlen Santiago, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença do Sr. Bruno de Freitas Siqueira, prefeito municipal de Juiz de Fora, a ser realizada em 1º/6/2015, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o impacto e os prejuízos para Juiz de Fora da revogação do Decreto nº 45.218, de 2009, que dispõe sobre a adoção de medidas de proteção da economia do Estado em face da concessão por outra unidade da Federação de benefícios e incentivos fiscais em relação ao ICMS sem amparo na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975; a visão do governo do Estado sobre o referido decreto; as necessidades e dificuldades de Juiz de Fora e região com relação aos municípios do Estado do Rio de Janeiro com os quais fazem divisa e que foram beneficiados pela Lei nº 4.533, de 2005 - Lei Rosinha; e as iniciativas e os instrumentos que o governo do Estado vai utilizar para atrair investimentos e empresas para a o Município de Juiz de Fora e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 19/5/2015

O deputado Ricardo Faria\* - Boa tarde, Sr. Presidente, nobres deputados, funcionários da Assembleia, telespectadores. Faço uma saudação especial aos nossos acadêmicos do curso de direito. Hoje comemoramos o Dia do Estudante de Direito. É uma honra recebê-los aqui nesta data tão importante.

Sr. Presidente, ocupamos esta tribuna com muita alegria para falar um pouco do nosso trabalho como membro efetivo da Comissão de Saúde, ao lado dos deputados Antônio Jorge, Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Glaycon Franco, Doutor Jean Freire e, agora, recém-chegado, nosso camarada Dr. Geraldo Pimenta, engrossando esse time de deputados e desta Casa em prol das melhorias na saúde.

Sr. Presidente, com as audiências públicas percorremos grande parte do Estado de Minas Gerais. Estivemos em Curvelo, com a presença do nobre deputado Dalmo Ribeiro Silva, estivemos em Juiz de Fora, com a presença do deputado Antônio Jorge, e visitamos Montes Claros. Percebemos nesses grandes territórios de saúde, territórios potentes, que guardam uma importante relação assistencial com esses municípios, grandes problemas de saúde. Vimos principalmente uma saúde voltada ao modelo hospitalocêntrico, modelo que vai de encontro aos doentes. Não promovemos a saúde através desses equipamentos.

Sr. Presidente, falamos isso com o desejo de criar um modelo que promova a saúde, que preconize e fortaleça a atenção básica. Sabemos das dificuldades financeiras que os hospitais filantrópicos, que as santas casas de misericórdia enfrentam. Somos eternamente gratos. Esta Casa, por intermédio do deputado Arnaldo Silva, criou uma frente parlamentar em prol das santas casas de misericórdia. Deputado, somos signatários dessa luta. Sabemos da importância desses equipamentos no SUS. Hoje 60% dos procedimentos de média e de alta complexidades, bem como as internações hospitalares no Estado, são realizados pelas santas casas.

Quando fazemos um recorte histórico do SUS, que neste ano completa 25 anos, anteriormente a esse modelo universal que atende os nossos usuários, principalmente os mais carentes, anteriormente à Constituição de 1988, que versa sobre o SUS, as santas casas de misericórdia eram o que valia. Com essa fala, quero destacar a importância da valorização da atenção básica.

Chamamos a atenção para o importante movimento, o importante programa do governo federal, o Mais Médicos, deputado Rogério Correia. Esse programa nos permite ocupar esta tribuna e dizer que temos 100% de atendimento médico nas equipes do Programa de Saúde da Família - PSF -, com a presença dos valorosos médicos cubanos e dos médicos brasileiros que se inscreveram no programa. É também uma política afirmativa e sustentável, pois o Mais Médicos vai preconizar a criação de quatro escolas de medicina em Minas Gerais.

O deputado Arnaldo Silva (em aparte)\* - Primeiramente, quero parabenizar V. Exa., deputado Ricardo Faria, pelo trabalho brilhante que vem desenvolvendo, principalmente no que diz respeito às questões da saúde, debatidas e discutidas na Assembleia de Minas. Também quero falar do trabalho da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - V. Exa. contribuiu muito para que ela se desenvolvesse e firmássemos esse trabalho. Tivemos uma primeira reunião com o secretário de Planejamento, Dr. Helvécio Magalhães, e com o nosso secretário de Saúde, Dr. Fausto. Essa frente parlamentar tem tido receptividade e atenção especiais, demonstrando que o governo de Minas, nessa nova linha de trabalho e de atuação, vai dar atenção diferenciada às santas casas de saúde e aos hospitais filantrópicos. Parabéns pelo seu trabalho. Estamos à disposição para colaborar nessa linha de entendimento.

O deputado Ricardo Faria\* - Ficamos felizes com a frente parlamentar que V. Exa. criou, pois isso nos permite discutir sobre os hospitais filantrópicos e as santas casas, que são equipamentos fundamentais na vida do povo mineiro.

Sr. Presidente, também estivemos presentes nas negociações - o mês de maio é marcado pelas negociações, pelas datas-base - e ficamos muito felizes em ver a disposição deste governo em dialogar com os trabalhadores do serviço de saúde de Minas Gerais.

Acho que o governo já se apresenta de uma maneira progressista, preconizando o diálogo na construção dos direitos e dos deveres e principalmente na construção de uma política de valorização dos trabalhadores da saúde.



Sabemos, Sr. Presidente, que o maior patrimônio que temos na saúde pública são seus valorosos trabalhadores. É nesse sentido que apresentamos, nesta Casa, o projeto de lei que cria um instrumento valoroso que permite o diálogo dos trabalhadores com o governo do Estado. Estou falando da criação de uma mesa permanente de negociação do SUS para aprimorar o diálogo entre os trabalhadores de saúde e o governo do Estado. Sabemos que o Ministério da Saúde já utiliza uma Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e que essa mesa existe no Estado, porém ainda de maneira muito precária, por meio de uma resolução. Estamos apresentando esse projeto de lei, que torna esse instrumento não um instrumento precário ou uma política de governo, mas sim uma política de Estado. Esse talvez seja um fórum para discutirmos de maneira permanente as demandas dos servidores da saúde do Estado.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, somos muitos para apartear devido ao acerto da iniciativa do deputado Ricardo Faria. Quero dar o testemunho aqui de que as mesas de negociações são previstas nas normas infraconstitucionais. Para ser sincero, não sei precisamente se a nossa mesa deriva de decreto ou de ato normativo do próprio secretário. Mas, com certeza, é importante a propositura de uma lei que não deixe isso à deriva nas intempéries que acontecem, nas crises econômicas ou nas mudanças de posição ideológica em relação aos trabalhadores de imenso mérito.

Quero consignar, como militante do SUS, o meu respeito pela iniciativa do deputado e principalmente manifestar meu alinhamento, minha subordinação nesse assunto, para termos aqui o máximo de consenso para que a matéria tramite com agilidade e com os debates que são sempre oportunos para incrementar, do ponto de vista intelectual, as matérias desta Casa. Mas desejo que, acima de tudo, a ideia nuclear, o fulcro da iniciativa seja mantido em prol não só dos trabalhadores mas do resultado, porque, em última instância, é para isso que estamos trabalhando. Parabéns pela iniciativa, deputado Ricardo Faria.

O deputado Carlos Pimenta\* - É só um minuto. Primeiramente, quero ressaltar a participação de V. Exa. na Comissão de Saúde. Como ex-secretário municipal de Saúde, V. Exa. tem dado uma contribuição valiosíssima, com certeza pela experiência que o senhor tem. Quero trazer esse testemunho do engrandecimento da Comissão de Saúde com a presença de V. Exa. Esse projeto, deputado Ricardo Faria, é interessante, mesmo porque eu até brincava com o deputado Rogério Correia que, se o governo conseguisse fazer a negociação com os servidores da área de educação, não me furtaria a elogiar uma medida dessas. Mas essa mesma medida, deputado Ricardo Faria, tem de ser aplicada na área da saúde. Os funcionários da saúde do Estado de Minas Gerais recebem, com certeza, os salários mais baixos, tendo de trabalhar uma carga horária muito grande. Acho que esse projeto de V. Exa. é interessante, mesmo porque sua porta pode ser a própria Comissão de Saúde para podermos negociar.

Com o mesmo ímpeto que V. Exa. está tendo em apresentar esse projeto, que vai ter o meu total e irrestrito apoio, gostaria muito que a gente iniciasse um programa, um planejamento, para chamar a turma da saúde: os médicos, os que recebem salários baixíssimos, os funcionários que trabalham na ponta do sistema, nos prontos-socorros, na urgência e na emergência. Esse projeto é interessantíssimo e vai ser um instrumento muito importante e útil para iniciar o processo de diálogo com os nossos funcionários da área da saúde.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado. Serei muito rápido, gostaria somente de parabenizar V. Exa., deputado Ricardo, por dois momentos importantes. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muito a presença de V. Exa., que, brilhantemente, fez uma exposição em Pouso Alegre e nos encantou muito. V. Exa., com certeza, com conhecimento de causa, pôde levar sua experiência, por ocasião da presença da Comissão de Saúde, juntamente com os deputados Arlen Santiago e Antônio Jorge. Sem dúvida alguma, foi uma contribuição efetiva aos nossos hospitais, particularmente à saúde da nossa região.

Gostaria também de parabenizá-lo por este momento importante que V. Exa. traz à Assembleia, esse novo modelo, esse novo formato em favor da nossa saúde. É importante trabalharmos muito. A iniciativa é muito louvável. Conte conosco, porque, com certeza, estamos precisando de um avanço eficaz na área da saúde, e nada melhor do que ele ser produzido por V. Exa., profundo conhecedor da matéria. Conte com o nosso apoio e principalmente com os nossos conhecimentos na área das comissões de que fazemos parte. Parabéns.

O deputado Isauro Calais (em aparte) - Agradeço o aparte e cumprimento V. Exa. pelo projeto. V. Exa. teve a oportunidade de estar em Juiz de Fora, em uma audiência pública que nós convocamos com outros deputados da nossa região, para discutir a situação do pequeno hospital e da pequena santa casa daquela pequena cidade. Esse hospital tem 20, 30, 40 leitos. A santa casa faz o primeiro atendimento.

Sr. Presidente, realmente é preciso que o Estado dê atenção a essa questão. Longe de mim querer colocar culpa neste ou naquele governo. Nem este nem o governo que saiu são culpados. Não podemos deixar que essa santa casa e esse pequeno hospital morram. É preciso que o atual governo destine dinheiro, que o secretário Fausto destine dinheiro para esse pequeno hospital e para essa pequena santa casa, onde se faz esse primeiro atendimento, essa primeira intervenção, sem colocar o cidadão em uma ambulância trançando para baixo e para cima, correndo risco de vida. Obrigado.

A deputado Rosângela Reis (em aparte)\* - Deputado Ricardo, quero em poucos minutos parabenizá-lo pela iniciativa desse projeto que vem valorizar os servidores públicos da educação, que há anos necessitavam de uma proposta como essa. Iniciativas como essa vêm contribuir muito para que o Estado avance e para que o novo governo, do Pimentel, do qual faço parte, se aproxime do sindicato e da população, atuando mais e melhor, investindo no serviço como políticas de estado. Muito obrigada.

O deputado Ricardo Faria\* - Quero agradecer a todos que me apartearam. O objetivo desse projeto de lei é criar um fórum para debater as questões das carreiras, discutir os regimentos internos e uma reforma estatutária, que são anseios dos trabalhadores de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, nós entendemos que isso vai ao encontro da proposta do governo Fernando Pimentel, que é o governo do diálogo, marcado pela participação. Queremos agradecer e contar com o apoio desta Casa para tão logo aprovar esse projeto de lei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior\* - Sr. Presidente, deputados presentes nesta importante reunião, cumprimento especialmente os deputados Antônio Jorge, Lafayette de Andrada - gostaria que ficasse presente, pois o tema é importante para V. Exa. -, Isauro Calais e



Missionário Márcio Santiago, cumprimento a todos. Início minhas palavras dizendo que os motivos da minha eleição são diversos, e posso citar a defesa das nossas bandeiras: a proteção animal; a defesa do consumidor; a defesa de uma educação melhor; legislar e votar leis de interesse público para os mineiros; desenvolver e contagiar os gestores públicos para a necessidade de investir em políticas públicas de proteção animal; desenvolver ações e instrumentos na defesa da nossa tradicional família mineira, deputado Bonifácio Mourão; e defender e trabalhar em prol de Juiz de Fora e da nossa querida Zona da Mata mineira, buscando investimentos e cobrando incentivos para que essa região possa voltar a se desenvolver.

A nossa região da Zona da Mata, deputado Dirceu Ribeiro, vem passando por uma decadência econômica muito grande. Muito agravada, deputado Lafayette de Andrada, pela Lei Rosinha, Lei nº 4.533, de 2005.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* - Agradeço a sua generosidade. Na verdade, o meu aparte é quase uma intromissão, em função do raciocínio que V. Exa. vem desenvolvendo. Abrirei a reunião da comissão do *crack* agora, e por isso faço o aparte. Assinamos juntos - e é um assunto em que é importante reconhecer a sua coordenação - uma solicitação ao governador. Por isso quero muito fazer o aparte. Presidente e caros companheiros, temos uma situação dramática na Zona da Mata, com pequenas regiões que crescem somente menos do que alguns rincões do Estado em situação dramática. Uma região que já foi de luzes, que teve uma cidade reconhecida como Manchester mineira, e hoje apresenta essa decadência.

Um aspecto mais recente que o deputado salienta é a questão da evasão de empresas para o Rio de Janeiro em função da predatória competição da guerra fiscal. O governo anterior equalizou essa situação, criando um regime tributário para a Zona da Mata, em que as novas empresas teriam a mesma competitividade em termos de ICMS. Esse decreto foi revogado pelo atual governo. Entendemos que o governo está aí para olhar para frente, que tem a missão de consertar o que crê ser necessário. Mas antes de propor uma medida, revogar aquela que garantia uma isonomia de tratamento das empresas de Minas com o Rio de Janeiro foi um erro. E a nossa solicitação é que o regime tributário especial seja imediatamente retomado para que Ubá, Juiz de Fora e Muriaé tenham competitividade até que o governo proponha nova ação. Estamos absolutamente alinhados, todos os deputados da Zona da Mata, agradecendo o aparte e a liderança do deputado Noraldino Júnior. Parabéns, deputado, vamos juntos.

O deputado Noraldino Júnior\* - Agradeço o aparte do deputado Antônio Jorge, que resumiu bem o quadro de instabilidade por que passam a cidade de Juiz de Fora e toda a região, após a publicação da Resolução nº 4.751, assinada em 10/2/2015, pelo secretário de Fazenda. Essa resolução visa unificar os procedimentos tributários e suspende temporariamente qualquer iniciativa de protocolos de intenção com Juiz de Fora, Ubá e toda a nossa querida Zona da Mata.

O momento de decadência financeira por que passamos demanda, ao contrário, medidas governamentais que visem impulsionar o crescimento da nossa região, que, acredito, foi muito mais comprometida por causa disso, em função da proximidade que tem com cidades vizinhas do Rio de Janeiro, que são amparadas pela Lei nº 4.533, a chamada Lei Rosinha. Essa lei agravou muito a situação da nossa região, mas, como o deputado Antônio Jorge mencionou, em 2009, atendendo a anseio da câmara municipal e de toda a classe política de Juiz de Fora, o governador Aécio Neves assinou o famoso decreto de salvaguarda, que, mesmo sem entrar diretamente na guerra tributária, dava-nos condições de competir e atrair investimentos para Juiz de Fora. De fato, com esse decreto, várias empresas se instalaram naquela cidade, gerando inúmeros empregos. A resolução não atingiu a empresa M. Dias Branco, que assinou o protocolo de intenções antes da sua publicação. De qualquer forma, sua instalação também está comprometida, já que ela precisa do suporte de empresas satélites que, por sua vez, também necessitam de um regime diferenciado para se instalarem ali.

Diante desse quadro, o presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, vereador Rodrigo Mattos, muito preocupado com a possibilidade de evasões de empresas ou cancelamento de empreendimentos naquela cidade por falta de atrativos, visitou todos os deputados desta Casa pedindo a realização de uma audiência pública para tratarmos do assunto. Sua solicitação foi assinada pelos cinco deputados de Juiz de Fora e pelo deputado Dirceu Ribeiro e será atendida pelo deputado Antônio Carlos Arantes. Nessa audiência vamos discutir o impacto dessa resolução para a cidade de Juiz de Fora e região, saber da visão do governo sobre esse decreto e nos inteirar das iniciativas e instrumentos que serão desenvolvidos pelo governo estadual para que saíamos desse ciclo de decadência econômica com a falta de atrativos para investimentos e possamos mudar a realidade, fazendo com que a nossa região seja, ao contrário, um polo de atração para esses investimentos.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Agradeço ao deputado Noraldino Júnior, que faz considerações importantes e preocupantes, até mesmo porque o ato legislativo que o grande ex-governador Aécio Neves fez em Juiz de Fora e que foi bem destacado por V. Exa. precisa ter continuação.

Como o governo Pimentel, do PT, tem interrompido muitas obras e muitos atos de Aécio, de Anastasia, de Alberto Pinto Coelho, nossa preocupação é também nesse sentido. Até porque tem interrompido obras de hospitais regionais, como o de Governador Valadares e tantos outros, e obras até aqui, da Praça da Liberdade, muito bem destacadas pelo jornal *Hoje em Dia*, que irei abordar em pronunciamento. Porém, a gente se preocupa desde já porque V. Exa. falou nas bandeiras importantes de Minas Gerais, e uma das maiores delas é, sem dúvida, a atração turística da nossa capital, como a Praça da Liberdade, o Inhotim, a Lagoa da Pampulha e tantos outros, que significam atração turística especial de Minas Gerais. No entanto, o governo Pimentel está proibindo até as visitas ao antigo Palácio da Liberdade. E há notícias de que já tenha sumido mesa importantíssima dali do Palácio da Liberdade, e este seria um dos motivos para o impedimento da entrada de todas as pessoas, inclusive da imprensa, como destaca muito bem o jornal *Hoje em Dia*. Obrigado a V. Exa.

O deputado Isauro Calais (em aparte) - Agradeço o aparte, deputado Noraldino Júnior.

É visível, deputados, o empobrecimento da nossa região. Tive oportunidade de ser vereador em Juiz de Fora por cinco mandatos, deputado Bonifácio Mourão, e acompanhei de perto esse empobrecimento, vendo o Rio de Janeiro levar nossas principais empresas, vendo o Sul de Minas perder empresas para São Paulo. E o governador Pimentel, em campanha, o governador em quem votei, disse que iria rever o ICMS mineiro porque o Rio pratica o ICMS de 2% e Minas Gerais de 18%. Nós perdemos empresas importantes para o Rio de Janeiro, senhoras deputadas, senhores deputados, só no atravessar a ponte de divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais. Perdemos 2 mil, 3 mil empregos, perdemos a Latapack, a Nestlé. Perdemos inúmeras malharias para o Estado do Rio de Janeiro, para





a Levy Gasparian, para Três Rios, porque nós temos ICMS altíssimo. Então é preciso fazer alguma coisa. Mas o mais importante, que vou assinar, querendo participar e discutir isso de forma franca com o governo, é fazer com que o decreto volte a funcionar. Mas é preciso rever, deputado Bonifácio Mourão, o ICMS mineiro. É esse ICMS que está matando as nossas indústrias. É esse ICMS que está levando os nossos empregos para o Estado do Rio, para o Estado de São Paulo. Parabéns, deputado.

O deputado Noraldino Júnior\* - Agradeço o aparte, deputado Isauro Calais, e quero dizer que essa iniciativa não é uma iniciativa do deputado Noraldino Júnior, mas dos deputados Noraldino Júnior, Isauro Calais, Lafayette de Andrada, Dirceu, Roberto Andrade e também o deputado Antônio Jorge, para que possamos realmente trazer o desenvolvimento.

Eu peço, deputado que V. Exa. utilize 1 minuto, pois vou ter de conceder aparte ao deputado Lafayette de Andrada e tenho de concluir minha fala.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)\* - Obrigado, colega Noraldino Júnior. Realmente, nossa região está tomando uma decisão diferente. Ubá é polo, Ubá concentra um número grande de municípios, e nós queremos ver a nossa Ubá crescer. Vou assinar, vamos participar e marcar com nosso governador essa audiência e conversar para ajudar nossas indústrias e trazer mais indústrias para nossa região. Nosso interesse é ver a nossa região crescer, o nosso interesse é discutir a região, é mostrar a todos o valor que temos. E hoje há uma crise mundial, que atingiu o Brasil, atingiu Minas Gerais, atingiu a nossa Zona da Mata. E nós, unidos, pensando no bem comum, tenho certeza absoluta de que vamos conseguir do governador do Estado uma boa parceria para ajudar nossa região. Muito obrigado.

O deputado Noraldino Júnior\* - Muito obrigado, deputado Dirceu Ribeiro.

O que quero dizer agora, deputado Doutor Wilson Batista, que nós somos deputados da Zona da Mata. É preciso existir união entre nós para que, pela primeira vez, haja defesa consistente dos interesses da Zona da Mata. Além disso, que façamos com que o governo tenha como prioridade o desenvolvimento da nossa Zona da Mata, que há muito tempo vem caindo e empobrecendo.

Peço-lhe mais 1 minuto, no máximo, para concluir, presidente.

Por isso é necessária essa união dos nobres deputados que têm envolvimento direto com a Zona da Mata. Esse empobrecimento é muito preocupante, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Essa iniciativa e medida comprometem ainda mais nossa região. Portanto, solicito à Comissão de Turismo e Indústria que marque essa reunião o mais breve possível. Além disso, que o governo tenha essa consideração com a Zona da Mata e envie representantes para entender diretamente e, *in loco*, o quão importante é esse decreto, a não ser que haja outras medidas melhores para incentivo da nossa industrialização e do nosso desenvolvimento e crescimento econômico. Agradeço a todos os colegas o aparte. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Deiró Marra\* - O sujeito começou ontem e já quer ficar o dia inteiro aqui. Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros e amigos, começaremos falando sobre o importante tema que acompanhamos e que é fruto de muito debate. Agora tivemos a oportunidade, neste dia de hoje, de saber e até, de certa forma, parabenizar aqui nosso governo do Fernando Pimentel e o Dr. Murilo, nosso secretário de Obras. Queremos falar da importância desse passo que está sendo dado com o DER de Minas quando se faz a publicação na data de hoje. Além disso, há a oportunidade, meus amigos, de que haja as PPPs para as concessões de manutenção e operação das rodovias em Minas, especialmente as do Estado.

Poderíamos ficar aqui a tarde inteira debatendo e demonstrando a precariedade das rodovias em Minas, que, ao longo de décadas, foram sendo sucateadas, como, na região do Triângulo e Alto Paranaíba, as MGs 187, 432, 230 e 190. Todas essas rodovias estaduais estão em péssimas condições de tráfego.

Atento a esse fato, agora com uma nova visão, a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, juntamente com o DER, por meio dessa nova gestão, está implementando, de forma cabal, a PPP defendida por nós nesta Casa há muitos anos. Não é papel do Estado só fazer a infraestrutura. Na realidade, é papel, sim, da iniciativa privada, porque tem demonstrado isso em outros Estados. Quero citar o Estado de São Paulo. De aproximadamente 80% das rodovias paulistas, 100% são privatizadas. Se temos a esperança e a vontade de que em Minas nossas rodovias sejam como as dos paulistas, rodovias estaduais Anhanguera e Bandeirantes, SP-330 e SP-182, quero dizer a cada um dos meus colegas deputados que não é por meio da iniciativa pública que ocorrerão investimentos de bilhões em conservação e recuperação delas.

Precisamos avançar. Quero dizer aqui de forma clara que hoje está sendo dado um passo importante por este governo, demonstrando que, com a iniciativa privada e com a vontade de participar de parcerias público-privadas, vamos ter a melhoria e a reforma da nossa malha rodoviária.

Muitos dos que estão aqui já nos encaminharam vários requerimentos para discussão da precariedade dessas rodovias do Estado e também das rodovias federais em Minas e pela condição delas agora repassadas. Temos, sim, um olhar diferente, um olhar inovador. E é isso que, graças a Deus, quero dizer, Sr. Presidente, que estamos tendo na gestão do Dr. Célio Dantas, lá no DER. Além disso, também quero colocar aqui a principal dificuldade, porque existe uma desmistificação, meus amigos, que tem de ser colocada. O capital está nas mãos do empresariado, e ninguém vai investir se não houver a rentabilidade adequada. Ninguém vai fazer investimento de bilhões em rodovias para repassar ao Estado. Então, é preciso que vejamos os modelos que deram certo, a exemplo de estados como o Paraná e São Paulo, que têm hoje uma malha rodoviária à altura.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Deiró Marra, quero parabenizar V. Exa. por trazer mais uma vez o tema de infraestrutura para Minas Gerais. V. Exa. tem plena razão: muito há que se fazer em termos de infraestrutura. É claro que esse problema tem de ter o início de uma solução no Estado de Minas Gerais. O governo Pimentel tem tomado as medidas, como V. Exa. bem disse, no campo certo, e é claro que no primeiro ano de governo também as medidas a serem tomadas têm escolha de prioridade. Por isso, fazer agora essa escolha de buscar parcerias é fundamental nesse setor que V. Exa. colocou.

Digo mais, deputado Deiró Marra: hoje foi lido o Projeto de Lei nº 1.504. É um projeto de lei histórico, em que o governo está junto aos professores fazendo um acordo, não apenas de reajuste salarial, mas de um pacto com os trabalhadores de educação por quatro anos. Uma prioridade que o governo escolheu e que todos nós escolhemos - tenho certeza que V. Exa. também assim agiu nos



palanques eleitorais: dizer ao nosso povo que a educação tem de ser prioridade. E o governo nos dá um exemplo disso: um projeto de lei que começamos a discutir agora vai propor reajuste para garantir ao professorado um piso salarial num valor hoje que tem o piso a ser adquirido a partir de 2017, mas com reajustes anuais todo mês de janeiro, correspondendo ao reajuste nacional do piso, que garante aos professores também, deputado Deiró Marra - isso é importante -, o descongelamento da carreira e a integralidade desse piso na carreira do magistério.

Já vi muitas coisas nesta vida em relação à educação. Vi governador jogar água em professora, governador reprimir professora, governador tirar direito de professora e criar subsídios - e outras coisas aprovadas, inclusive, pela Assembleia Legislativa -, mas nunca tinha visto governador assinar um acordo de diálogo em quatro anos com o setor educacional. Então, também nisso o governador Pimentel, o Sind-UTE e a Adeomg estão de parabéns, porque dão exemplo ao Brasil da prioridade que tem de ter o sistema educacional. Parabéns também, Deiró Marra, por trazer o tema das estradas aqui.

O deputado Deiró Marra\* - Obrigado, deputado Rogério Correia. Sem dúvida alguma a questão dos professores vai ser um avanço. Quero aqui reafirmar, como disse bem V. Exa. hoje pela manhã, que foi um acordo. Então, esperamos que o que foi acordado e que é o que o governo está propondo seja realmente vitorioso e célere. Precisamos fazer a aprovação rapidamente, até porque não queremos ter em Minas os mesmos exemplos de outros estados, como estamos vendo.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Obrigado, deputado Deiró Marra. Quero voltar ao tema das estradas de Minas Gerais. Acho que V. Exa. fala com muita propriedade porque conduz uma das comissões mais importantes, a comissão temática.

Vejo o tema por dois ângulos. O primeiro ângulo, deputado Deiró Marra, é referente às estradas de Minas, principalmente as federais, sobre as quais debatemos. V. Exa. mesmo é testemunha do trabalho que tem sido feito ao longo desses anos, implacavelmente denunciando o que está acontecendo. Em relação a essa questão das estradas federais, acho que o governador Pimentel pode e deve, perfeitamente, ir ao governo federal, não pedir, mas exigir. Grandes artérias, grandes estradas federais de Minas estão praticamente intransitáveis. Passei esta semana pela 367, saindo de Montes Claros e Diamantina, no trecho onde pelo menos no papel há asfalto, e está uma vergonha. A estrada está intransitável, cheia de gado, sem sinalização. Agora, corre-se o risco de não haver recursos para a duplicação da 381, para não falar da 251 e de todas as estradas federais. Acho que V. Exa. tem oportunidade de fazer um grande trabalho.

Em relação às estaduais, só queria citar uma estrada. Temos de torcer para uma PPP dar certo. A grande maioria das estradas de Minas estão boas. Foram feitos quase 7.000km. A única estrada estadual que deveria ser exemplo para as outras, pela qual V. Exa. passa quase toda semana, a MG-050, é o retrato da vergonha de Minas Gerais. Deputado Deiró Marra, eles cobram para transitar nela. Tomara que a PPP não se espelhe na MG-050. O pedágio é muito mais caro do que qualquer pedágio de estrada federal. Paga-se pedágio para transitar nela em pista simples, nem é duplicada. Se V. Exa. quiser iniciar um trabalho para que ela realmente possa ser objeto de pedágio e duplicada, estou com o senhor, mas do jeito que está não pode continuar. Aquilo causa vergonha em quem transita e em quem representa a região.

O deputado Deiró Marra\* - Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Quero dizer claramente que conhecemos a história da MG-050. É por isso, deputado, que quero lhe assegurar que estamos começando a discussão desse novo modelo que está sendo proposto pelo governo, pelo secretário Murilo, pelo Dr. Célio Dantas, diretor do DER. Já fizemos solicitação para podermos conhecer. Aliás costume dizer que não precisamos inventar a roda. Há exemplos vitoriosos, benfeitos, em São Paulo e em três cidades do Paraná, que queremos trazer para mostrar a Minas. O que não pode prosseguir é Minas ter 28,5% da malha federal, quase 72% da malha estadual, e ficar dessa forma. Ou seja, em vinte e tantos estados da Federação, Minas é quase 1/4 da malha federal. Isso é que nós, deputados, temos de cobrar. Estamos diuturnamente nas rodovias, e quero dizer claramente: estamos vendo a precariedade das rodovias, quer federais, quer estaduais. Mas o governo começa a discutir um modelo porque não tem o recurso. Então ele está consciente de que, não tendo o recurso, precisa buscar uma parceria, buscar a iniciativa privada.

Enquanto deputados, precisamos fazer a reflexão de que não há nenhum empresário aqui, deputado Carlos Pimenta, que colocará dinheiro em rodovia porque gosta dos belos olhos do Fernando Pimentel. Se ele colocar dinheiro e fizer investimento nas rodovias de Minas, fará porque espera ter resultado. É para isso que nós, deputados, temos de lutar. Para que seja o menor preço com a melhor qualidade. Hoje há mecanismos que estão aí dando prova da eficiência de rodovias em que são feitas essas parcerias, com conservação à altura. É isso que os mineiros querem.

Os mineiros querem, sim, ver a aplicação do dinheiro deles bem feita. É o que queremos. Quero finalizar falando da importância que queremos dar a esse assunto. Estaremos, sim, na nossa comissão, fazendo essa exposição.

O deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)\* - Deputado Deiró Marra, quero parabenizá-lo pela sua iniciativa de trazer esse tema ao nosso Plenário, sobre as parcerias públicas que o Estado propõe em relação às rodovias do Estado de Minas Gerais. São extremamente necessárias, porque estamos hoje vivendo uma situação de dificuldades, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento do nosso estado quanto para quem utiliza as rodovias para desempenhar a sua função, que é o caso dos trabalhadores dos transportes de carga e coletivos.

Quero também destacar que nós, do Vale do Aço, temos também necessidade dessa parceria pública, para que possamos resolver, de fato, a questão da MG-760, que liga o Vale do Aço à Zona da Mata.

Há décadas, isso vem sendo reivindicado, e os governos passados não deram ao povo do Vale do Aço essa linha do desenvolvimento. Mais uma vez, parabênizo V. Exa. Pode sempre contar conosco no que diz respeito ao apoio às iniciativas, para que o governo possa realizar isso com todo o sucesso. Acreditamos muito no governo Pimentel.

O deputado Deiró Marra\* - Quero finalizar dizendo que essa é uma expectativa. Em primeiro lugar, temos de comemorar realmente o momento político, em que estão sendo propostas essas parcerias, mas, acima de tudo, estamos com grande expectativa em relação a esse novo modelo. Agora o mais importante: os empresários vão poder, até novembro, manifestar interesse nessas rodovias. Vamos fazer, então, esse grande teste da credibilidade, da manutenção e das garantias contratuais oferecidas. Agradeço a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, pessoas que nos visitam, que estão nas galerias, boa tarde. Realmente os desafios que temos em Minas Gerais são enormes. Há pouco o deputado Deiró relatava os problemas de infraestrutura que temos e a necessidade de o governo Pimentel implementar políticas de PPPs, para viabilizar obras que promovam o desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

Também o deputado Rogério Correia, grande liderança parlamentar, que se destaca também por sua liderança junto aos trabalhadores e ao movimento sindical, como sindicalista que foi, já se reportou aqui às conquistas dos nossos educadores, que puderam celebrar um acordo histórico com o governo Pimentel, que, sem dúvida nenhuma, iniciou muito bem o seu governo, trazendo para Minas Gerais a experiência da negociação, da valorização dos servidores e investimento numa política pública, a educação, que precisa, e muito, de investimentos em nosso estado.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Acho que é importante situar esse acordo feito, pela sua projeção histórica.

Acompanho os professores desde 1979, ainda quando era professor, sindicalista e, posteriormente, como deputado. Vi de tudo nesta vida de lá para cá. Francelino Pereira jogou água e bomba nos professores. A água ficou mais famosa que a bomba. Mas jogou água e bomba.

A deputada Marília Campos - O problema das professoras é que eram mal casadas, não era isso?

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Esse foi outro caso. Depois das bombas e da água do Francelino Pereira, as professoras foram vítimas da prisão de seus líderes na década de 1980, na greve de 1980. Luiz Dulci, Carlão e Carceroni, já falecido, ficaram presos no Dops, na Lei de Segurança Nacional, na época do regime militar.

Depois, como V. Exa. lembrou, Hélio Garcia chamou as professoras de mal casadas, e Newton Cardoso não as deixava chegar à Praça Sete. A repressão policial era enorme naquela época. Pelos tucanos, houve o maldito Choque de Gestão.

A deputada Marília Campos - Houve a greve dos 100 dias.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Foram 112 dias de greve no governo tucano, fora a perda de direitos, que começou com o governador Aécio Neves. De lá para cá, os professores vieram perdendo o salário e a carreira e, ao mesmo tempo, ficando desestabilizados nos serviços, trocados. Em vez de concursados, trocaram por professores precários, seja da Lei nº 100, seja como designados. Esse é o quadro da educação herdado pelo governador Fernando Pimentel. Portanto escolher esse assunto, fazer dele a principalidade de um governo no primeiro semestre, fazer um acordo de quatro anos garantindo ao professor um piso salarial e dignidade na discussão, é muito importante.

Termo, deputada, dizendo que acompanhei todas as assembleias dos professores e professoras. Eles não tiveram nenhum dia de salário cortado por participarem da assembleia, e não houve presença de um policial militar para coibi-los. Portanto premiamos o acordo, e não a truculência que vinha sendo feita com os professores, que agora se repete nos governos tucanos do Paraná e do Estado de São paulo.

Por isso, hoje, estou comemorando o Projeto nº 1.504 ter chegado à Assembleia Legislativa. Não é tudo. O Sind-UTE soube colocar na mesa de negociação a recuperação de perdas. Mas a Profa. Beatriz Cequeira tem colocado muito bem: ainda falta a garantia de futuras conquistas que os professores merecem. Então queria elogiar V. Exa. por ter iniciado esse assunto. Muito obrigado.

A deputada Marília Campos - Muito obrigada, deputado. Creio que ganharam também os nossos estudantes, pois, com certeza, professor valorizado, professor com esperança, é professor mais comprometido com uma educação de qualidade.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) - Obrigado, deputada Marília. Não tenho o tempo nem os cabelos brancos do Rogério, desde 1979, mas desde 1991 estou na educação e na luta do Sind-UTE, acompanhando todo esse processo. Realmente ficamos muito felizes com o diálogo do governo Pimentel com a categoria, principalmente quando fazemos uma análise, e o Rogério fez a análise de Minas.

No nosso país e em alguns municípios, as coisas não mudaram. Há cinco estados em greve, coincidentemente estados com governos do PSDB. O Estado do Paraná ficou conhecidíssimo em todo o mundo, pois o governo, em vez de dialogar, coloca *pit bull* para tratar com a categoria. Esse é o exemplo que o Paraná nos deu.

No Estado de Minas Gerais, também há municípios em greve, a exemplo de Betim.

A deputada Marília Campos - Contagem também.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) - Contagem também. Hoje, pela manhã, estive na cidade de Ibitiré, onde os trabalhadores de educação da rede municipal também tentam fazer um diálogo com o governo.

Em Uberlândia, aconteceu algo incrível. Costuma-se dizer que o governo coloca seus apadrinhados nas administrações. Lá o prefeito Gilmar Machado - e é uma preocupação que devemos ter - fez uma consulta popular para escolher os diretores das escolas municipais. Através de uma consulta, a comunidade, a exemplo do Estado de Minas Gerais, escolheu seus diretores. Porém o Ministério Público disse que isso não poderia ser feito e que o prefeito teria que nomeá-los. O prefeito exonerou todo mundo e novamente os recolocou como se fosse uma decisão sua. Ainda assim, o Ministério Público tem cobrado isso do prefeito e da secretária de Educação, Profa. Gercina, inclusive com multa e perda de seus direitos políticos.

Enquanto defendemos direitos, LDB e pensamos o plano decenal de educação, municípios como Uberlândia, que é referência em nossa região, estão retroagindo, não aceitando a democracia.

Termo por aqui, agradecendo o aparte e dizendo que temos muitas conquistas no governo Pimentel, mas ainda há muito o que conquistar neste estado e neste país.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)\* - Agradeço o aparte. Quero dizer para nossa deputada que, apesar de não ser um educador, hoje também me sinto feliz por observar que o governo do Estado está valorizando as professoras. Nosso governo do Estado quer o bem de Minas. Quando fui prefeito, por dois mandatos, os salários das professoras municipais era quase o dobro do salário pago pelo Estado. Entendia e entendo que uma cidade, um estado ou um país, se quiser crescer, terá de aplicar em educação. Hoje realmente defendo a educação. Apesar de não ser educador, defendo as professoras.



Também tenho me reunido, com nosso deputado Rogério Correia e com nosso líder Durval Ângelo, para encontrarmos uma solução para a PEC nº 3, para a Lei nº 100. Quando me reuni em Ubá, no sábado, disse para algumas professoras que a preocupação do governo é com o ser humano, é com a educação, e que haverá uma solução. Apresentei também algumas sugestões para que nós, todos juntos, pudéssemos também resolver esse problema que está nos preocupando.

Agora, pela primeira vez nesta Casa, está aqui um deputado de primeiro mandato, mas um homem que se preocupa com o ser humano, um homem que se preocupa com nossos filhos e com nossos netos, um homem que quer o bem de nosso Brasil. Tenho certeza de que conseguiremos a solução para aqueles professores que estão aguardando até dezembro, graças à prorrogação que todos fizemos. Muito obrigado pelo aparte, que Deus continue abençoando todos nós e ao governo para que a educação em nosso estado seja de primeira linha.

A deputada Marília Campos - Muito obrigada, deputado. Meu tempo está terminando. Eu me inscrevi, Sr. Presidente, para falar prioritariamente sobre um projeto de lei que apresentei nesta Casa, cujo relator é o nosso estimado deputado Bonifácio Mourão. Esse projeto trata da fixação de teto para aposentadoria dos deputados e institui o fundo de complementação para essa aposentadoria. Só que não terei tempo suficiente para falar sobre ele. Vou me inscrever em outra oportunidade para falar desse assunto.

No entanto, desde já, pediria a atenção dos deputados para que, sem preconceito, Sr. Presidente, pudessem analisar esse projeto, que flexibiliza a contribuição dos deputados e deputadas. Acima de R\$4.663,00, que é o teto do INSS, o deputado poderá fazer uso desse recurso ou para saque, ou para o fundo complementar de aposentadoria, fundo privado ou público. Esse projeto também tem grande importância porque significa economia para a Assembleia Legislativa.

Em outra oportunidade, farei pronunciamento sobre esse projeto. Pediria apenas que esta Casa desse atenção especial no sentido de apreciar essa iniciativa, que é importante para a Casa e para os deputados, que já aprovaram projetos dessa natureza, instituindo o fundo de previdência e o teto de aposentadoria para o Ministério Público e para os conselheiros do Tribunal de Contas. Por que não fazê-lo para os deputados estaduais? Peço atenção especial para esse projeto, sobre o qual farei pronunciamento em outra oportunidade. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola - Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas, Sras. Deputados, início minha fala neste Plenário com um versículo, como faço todas as vezes em que estou nesta tribuna: "Dediquem-se uns aos outros com amor fraternal. Prefiram dar honra aos outros, mais que a vocês" (Romanos 12:10).

Estivemos aqui na quinta-feira, num episódio que me deixou muito chateada. Conheço muito bem o Regimento Interno da Casa, porque, como todos sabem, fui servidora desta Assembleia, da área de processo legislativo. Conheço o Regimento e sei que o art. 19, § 2º, diz que, não havendo número regimental para a abertura da reunião, o presidente poderá aguardar pelo prazo de 15 minutos. Estou nesta Casa, como servidora, há muito tempo, agora estou iniciando como deputada e nunca vi uma reunião ser encerrada às 14 horas. Cheguei aqui às 14h9min, e a reunião já estava encerrada. Essa é uma prerrogativa do presidente, não estou discutindo isso. O presidente que estava aqui achou por bem agir assim. Só queria deixar clara a minha posição: considero isso desrespeitoso com os colegas.

Eu já havia me preparado, desde quinta-feira, para falar sobre uma agenda positiva do governo, que regulariza o pagamento do piso mineiro. Foi um projeto apresentado pelo nosso querido colega André Quintão, hoje secretário de Estado, que trabalha muito nessa área de assistência social. Eu já queria falar sobre isso há muito tempo. Primeiramente, queria trazer o nome dele e posteriormente falar da iniciativa e do progresso do governo Pimentel, valendo lembrar que todos os municípios estavam com o repasse atrasado, de acordo com o diagnóstico realizado pelo governo Pimentel.

Segundo os dados levantados, desde 1912 os repasses desses recursos, ou seja, do piso mineiro estavam sendo realizados com atraso e descontinuidade pela gestão anterior. No ano passado, os municípios receberam parcelas atrasadas referentes a 2013. A existência de verba nos caixas das prefeituras criou a prerrogativa para que o governo da época bloqueasse o repasse, alegando que os recursos acumulados não estavam sendo utilizados como previsto em lei. A situação estava comprometendo os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de proteção às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Os quase 14 milhões referentes ao período de janeiro a março deste ano já foram depositados nas contas dos municípios. Isso é um grande avanço e merece aplausos.

Novamente quero citar nosso Secretário André Quintão. A Sedese já iniciou os depósitos. Como disse o secretário André Quintão, essa ação é um dos pontos mais importantes na relação do Estado com os municípios. Queria falar sobre essa iniciativa dele, de dar continuidade, e ressaltar que o projeto foi de autoria dele.

Vale dizer que o governo Pimentel está dando a possibilidade de que isso seja realizado, de que isso aconteça.

Era isso o que tinha a dizer desde a semana passada, presidente.

### 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 20/5/2015

O deputado Bonifácio Mourão\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queremos começar a discussão desse veto levantando uma questão de ordem. Farei com muita serenidade, porque, depois de um debate acalorado sobre os acontecimentos recentes nesta Casa, precisamos de mais serenidade, principalmente para levantar uma questão de ordem que me parece extremamente importante.

Iremos encaminhar à assessoria de V. Exa. uma cópia da questão de ordem que estamos levantando. V. Exa., como um presidente muito atento que sempre foi, sentirá a profundidade dessa questão de ordem.

Vamos levantar outra questão de ordem, mas, antes, vamos conceder aparte ao ilustre deputado Lafayette de Andrada.





O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Ilustre deputado Bonifácio Mourão, V. Exa., como parlamentar, sempre foi para nós motivo de orgulho, principalmente por tê-lo na bancada do PSDB. V. Exa. é a referência de um parlamentar estudioso, que traz uma importante questão de ordem sobre Minas Gerais, sobre razões diversas.

Estamos aqui a discutir e a votar veto encaminhado pelo governador, e eis que há duas razões de veto. Qual delas iremos examinar e qual iremos debater? É importante sua questão de ordem, mas quero ir um pouco mais na questão de fundo, de mérito, desse veto.

No início do ano, S. Exa., o governador, encaminhou para a Assembleia Legislativa um projeto de reforma administrativa, dizendo que era urgente porque o Estado só poderia começar a funcionar, a trabalhar, se fosse votada emergencialmente a reforma administrativa. No bojo da reforma administrativa, criam-se as secretarias, entre elas a Secretaria de Recursos Humanos, que seria desmembrada da Secretaria de Planejamento. As razões que acompanharam o projeto diziam que a reforma administrativa não traria nenhum impacto financeiro. Não concordamos na ocasião com o que foi discutido aqui, mas falaram com todas as letras: "Não haverá impacto financeiro nessa reforma administrativa". O governador veta o projeto dele mesmo. Acho que esse é o único caso na história do Brasil. Ele cria, a Assembleia discute, aprova, mas ele veta o projeto dele próprio. E com qual argumento? Impacto financeiro. Ah, pelo amor de Deus! Estamos na Arca de Noé sem o Noé, inteiramente sem rumo. Se o governador encaminha para a Assembleia um projeto, afirmando que não haverá impacto financeiro, a Assembleia discute, vota, aprova, e ele o veta porque haverá impacto financeiro, podemos ver em que desgoverno estamos.

Quero ainda, deputado Mourão, aproveitar o debate que aconteceu na Assembleia, quando veio o projeto da reforma administrativa. O relator, na ocasião, era o líder do PT, o deputado Rogério Correia. Trago as notas taquigráficas das palavras dele naquela ocasião. Palavras do deputado Rogério Correia, líder do PT e relator da matéria do Plenário, no dia da votação: "Querida atenção, deputado Cabo Júlio, para a importância que tem essa secretaria, por isso fiz o parêntese para falar da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e agora falo da Secretaria de Recursos Humanos. Ora, não foi correto existir apenas a Secretaria de Planejamento sem que houvesse a secretaria para cuidar do funcionário público; foi errado fazer com que o planejamento não tivesse a adequação de seu servidor público. Por isso o governo está criando a Secretaria de Recursos Humanos, que cuidará do servidor público, que foi muito judiado; o choque de gestão judiou demais do servidor público, que agora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, precisa de uma secretaria que não seja a supersecretaria de planejamento, em que apenas uma pessoa achava que mandava em todo o Estado, com escritórios estratégicos. Não, agora teremos também uma secretaria, deputados e deputadas, para cuidar dos servidores públicos, de sua carreira, tratá-los com o carinho que merecem".

Aí o governador veta isso. Então é uma de duas: ou tudo o que ele falou era mentira, ou seja, este governo não se incomoda nada com o servidor público - e é o que vem mostrando, porque esse governador não liga para o funcionalismo -; ou então tudo isso era balela, porque o governador, após encaminhar para cá um projeto criando a Secretaria de Recursos Humanos, veta - ele mesmo - o projeto.

Ou seja, o que o partido do governo fala aqui não se escreve, é só balela, enganação, mentira. Aliás, sempre dizem que o PT é o partido da mentira, e está aqui agora, com todas as letras, documentado. O partido da mentira falou: vamos criar uma secretaria, porque gostamos do servidor público, e, agora, esse mesmo partido que falou isso veta a criação dessa secretaria depois de ela ter sido aprovada pela Assembleia Legislativa. É o completo desgoverno. Muito obrigado, deputado Bonifácio Mourão, pelo aparte, e volto a insistir que estamos na Arca de Noé sem Noé, em uma nau sem rumo. Este é o retrato do governo de Minas Gerais.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Gostaria de completar o aparte do deputado Lafayette de Andrada, que leu trechos do pronunciamento do deputado Rogério Correia. Lembro-me bem, deputado João Leite e deputado Lafayette de Andrada, de que o deputado Rogério Correia falou aqui - e falou repetidas vezes - que não haveria nenhuma despesa com a criação da Secretaria de Recursos Humanos; depois o governador, em sua primeira mensagem, alega que estava vetando porque havia aumento de despesas; apenas na segunda mensagem ele diz que isso aconteceu devido à criação da ouvidoria do povo. Aí, já faz uma confusão, e depois falaremos a respeito.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Deputado Bonifácio Mourão, primeiro quero dizer da minha satisfação e alegria de poder fazer um aparte a um parlamentar que respeito muito nesta Casa, foi o relator da nossa Constituinte e é alguém que admiro muito.

Falarei agora sobre a questão de ordem. Os arts. 165, 166, 167, 168 e 169, que tratam dessa matéria, estabelecem, com muita clareza, o momento da questão de ordem. E aí está a sabedoria do presidente em remeter para a Mesa, porque o momento apropriado para essa questão ser levantada seria antes de o parecer ser dado em Plenário ou no momento em que estivesse sendo dado. A partir do momento em que o deputado Paulo Lamac deu o parecer, qualquer questão de ordem posterior tem de ser remetida à Mesa da Assembleia Legislativa, e depois caberá, como estabelece o próprio Regimento Interno, recurso, no prazo de dois dias. Então, até antes da votação - e só na terça-feira à noite cumpriremos o prazo de seis reuniões para iniciarmos a votação desse veto -, teremos prazo mais do que suficiente para a Mesa ser consultada e encaminhar a este Plenário, e há os dois dias para o recurso. Então, a decisão não prejudica a continuação da discussão do projeto. As questões são pertinentes e, ao mesmo tempo, temos que confrontá-las com práticas anteriores, acontecidas em outros vetos aqui no Plenário; não vejo problema nenhum nisso.

Agora, a respeito da abordagem do deputado Lafayette de Andrada, gostaria de dizer que o próprio governo, quando encaminhou a reforma administrativa, encaminhou também as despesas decorrentes do projeto. Na mensagem originária do governador, estava claro que a reforma administrativa implicava despesas, e havia os valores delas e onde iriam cortar. Então, se ele alega a intervenção de um deputado para dizer que não havia despesa, digo que havia sim.

Agora, coerência teve o governador Fernando Pimentel, grande coerência. Ele mandou uma proposta original dentro de um limite de gastos. A partir do momento em que esta Assembleia Legislativa, usando de seu poder constitucional, alterou esse projeto, fazendo mudanças e transferências de órgãos e, ao mesmo tempo, recriando um órgão como a ouvidoria, que estaria extinta na reforma original, o governo está tendo coerência. Na mensagem do veto, ele fala sim que aumentaria a despesa, pois nós mudamos o projeto.



É evidente que a decisão soberana é do Plenário hoje. Faz parte da democracia manter ou derrubar o veto do governador. A argumentação da previsão de despesa na mensagem original se modifica após o processo de votação nesta Casa. O governo contra-argumenta dizendo que não haveria gasto. Então, nas duas mensagens, o governador Fernando Pimentel demonstra muita coerência.

Partindo da verdade ou partindo da mentira, o piso salarial da educação está aí. Essa é a verdade. Depois de 12 anos seguidos de greves angustiadas e dramáticas na educação, com paralisação de 50, 80, 112 dias, pela primeira vez temos a perspectiva de ficar quatro anos sem greve. A verdade está para os aposentados da categoria. Estou requerendo minha aposentadoria após 34 anos como professor da rede estadual. O governador trouxe a verdade. O aumento para os ativos será o mesmo para os aposentados. Essa é a verdade. Como nos dizia a velha escolástica, deputado Lafayette: é a relação da *adaequatio*, a adequação da realidade ao intelecto. Ai vemos fato concreto de verdade, com uma reflexão inteligente e capaz quanto ao sentimento da sociedade sobre o que representa novamente o governo Fernando Pimentel.

Obrigado pelo aparte, nobre colega.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Farei uma pequena observação sobre o pronunciamento do deputado Durval Ângelo, a quem respeito muito. Temos uma amizade independente das nossas posições partidárias. Reconheço publicamente o seu trabalho de diálogo muito benéfico como líder do governo. V. Exa. trabalha com serenidade, o que é essencial a um líder. Na medida do possível, V. Exa. tem desenvolvido esse diálogo.

Quanto ao conteúdo das suas palavras, quero falar inicialmente do prazo para levantar questão de ordem. O Regimento Interno não prevê essa condição, e sim que o tempo desse procedimento tem de ser de, no máximo, 5 minutos. Isso consta no art. 166. E não prevê que a questão de ordem tem de ser imediatamente após a leitura de projeto ou algo semelhante. Portanto, estamos dentro do prazo, não há nada a destempo.

Em referência à posição do governador Pimentel do PT, V. Exa. disse que, em razão de alterações da Assembleia, ele também alterou seu procedimento, e aí citou o aumento de despesas. Mas não foi bem assim. Na Mensagem nº 58, a primeira, conforme mostrou o deputado João Leite em pronunciamento nesta Casa, o governador diz. (- Lê:) “Nesse diapasão, conclui-se que o desmembramento da área de recursos humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão em nova estrutura atrairia aportes financeiros que no momento presente serão melhor aproveitados em setores voltados diretamente ao atendimento do interesse público emergente”. Então, antes de enviar a segunda mensagem, o governador já falava que a criação da Secretaria de Recursos Humanos aumentava despesas. Isso veio ao encontro do que a oposição dizia aqui, do que falamos bastante, ou seja, do aumento de despesa, e veio ao desencontro do que a bancada de sustentação do governo dizia - não V. Exa., mas o deputado Rogério Correia. Lerei o que ele disse: “Essa reforma administrativa que votamos tem custo zero para o governo. Nada custará ao Estado do ponto de vista de criação de secretarias, porque outras foram extintas. Esse foi um cuidado que o Parlamento quis ter, um cuidado para que nós, ao votarmos, não ampliássemos o custeio do Estado através da máquina administrativa diante das crises internacional e nacional que vivemos”.

Deputado João Leite, vamos conceder-lhe um aparte. V. Exas., deputados Duarte Bechir, Antônio Carlos Arantes, Sargento Rodrigues, têm visto que estamos com um compromisso muito grande com a verdade. Quando falamos, mostramos. O deputado Rogério Correia disse que não haveria aumento de despesa, e estou lendo aqui o pronunciamento dele, o próprio governador disse que haveria. Então, onde fica a verdade por parte do governo? Estamos mostrando a verdade.

Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre amigo e grande deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)\* - Pelo menos um deputado grande.

Deputado Mourão, parabéns. Novamente V. Exa., que conhece como poucos o Regimento da Assembleia e também a Constituição do Estado de Minas Gerais, nos dá uma aula aqui nesta tarde. Parabenizo-o.

Deputado Mourão, tenho a resposta que a Mesa não lhe quis dar. A Assembleia Legislativa está se notabilizando pela burocracia. Imagine que estamos há poucos metros da biblioteca. Então, qual a dificuldade de o presidente da Mesa pedir para virem os exemplares do *Minas Gerais*? Vi aqui alguns se levantarem dizendo que não se pode trazer de jeito nenhum. Estamos ficando cada dia mais burocratas. Era só sair daqui, ir à biblioteca e buscar. Mas tenho uma notícia para o senhor: não vão encontrar. Já tentamos. Ele não existe.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Não há o *Minas Gerais* nessa data.

O deputado João Leite (em aparte)\* - Ele não existe. Não me lembro, nos meus seis mandatos, de acontecer de um governo não mandar a cópia da edição extra. Isso é documento que viabiliza um parecer, uma votação. Vamos votar no escuro?

O deputado Bonifácio Mourão\* - Deputado João Leite, vou interrompê-lo só um minutinho. Se não existe na biblioteca, não deve existir com nenhum deputado. Vamos lançar um desafio aqui: o deputado que tem essa edição extra do *Minas Gerais* do dia 27/3/2015 que a apresente para nós.

O deputado João Leite (em aparte)\* - Vamos lançar um desafio. Nunca vi na Assembleia Legislativa termos um parecer e a Assembleia Legislativa tocar a discussão de um projeto sem termos esse documento fundamental. É o envio de uma mensagem do governador à Assembleia Legislativa. Isso é fazer papel de palhaço. Estamos aqui no meio de uma fraude das mais rasteiras que poderiam existir.

Tenho aqui o documento. A solicitação foi feita pelo deputado Felipe Attiê. A resposta da Assembleia Legislativa foi a seguinte: (- Lê:) “Prezado deputado Felipe Attiê, em atendimento a sua solicitação, informamos que a biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais não recebeu” - vou repetir - “não recebeu, até o momento, a versão impressa da edição extra do diário oficial, *Minas Gerais*, publicado no dia 27/3/2015. De acordo com a informação da Imprensa Oficial do Estado, a mencionada publicação pode ser consultada em formato eletrônico no *site* daquele órgão na internet, mas impressa não recebemos. Em caso de dúvidas ou novas solicitações, permanecemos à disposição. Atenciosamente, Gerência-Geral de Documentação e Informação, Gerência de Atendimento e Pesquisa”. Está aqui a nominata: “Deputado solicita cópia da edição extraordinária do *Minas Gerais* de 27/3/2015. Observação: não veio a edição impressa. A versão eletrônica não atende”.

Encaminho a V. Exa. para que junte a documentação dessa fraude que está sendo colocada aqui na Assembleia Legislativa.



O deputado Bonifácio Mourão\* - Qual é a data desse documento da biblioteca, deputado João Leite?

O deputado João Leite (em aparte)\*- A data é 9/4/2015, às 10h13min. Solicito ao deputado Duarte Bechir que entregue a V. Exa. para que junte essa documentação.

O presidente quis fazer o “enrolation”. Aqui nós gostamos disto: “Quem sabe daqui a dois dias vamos ter a resposta”. Era tão simples ir aqui à biblioteca da Assembleia Legislativa e constatar que ele não existe e que estamos aqui fazendo absolutamente nada, porque não temos um documento que ampare a legalidade desta reunião, discutindo um projeto que não tem um parecer, um veto do governador que não tem a documentação na Assembleia Legislativa.

Isso é um escândalo. O presidente da Assembleia Legislativa tem de tomar providência. O governador do Estado não teve o cuidado de mandar a edição da rerratificação desse imbróglho. Na leitura que V. Exa. fez do parecer do deputado Rogério Correia, há algumas passagens que doem em mim, doem em qualquer um. Ele faz um breve comentário e lá pelas tantas fala que o governador Pimentel faz muito bem em criar a secretaria de recursos humanos, pois ela cuidará do servidor público que foi muito judiado. Ele continua: “O choque de gestão judiou”. Essa palavra é muito carregada de preconceito, porque judiar é fazer o que o judeu merece: pau, bater no judeu. O judeu era levado para a judiaria. Era um gueto, onde ele vivia em virtude da perseguição. Foi assim em Varsóvia, foi assim na inquisição na Espanha, foi assim na inquisição em Portugal. Judiar é bater nos judeus. É torturar o judeu. Se eu estivesse mais apercebido naquele momento, teria solicitado para retirar dos anais da Assembleia Legislativa, caríssimo Carlos Eduardo Navarro, essa expressão carregada de preconceito contra o povo judeu, que contribuiu para a construção deste país e para o Estado de Minas Gerais.

É lamentável o que estamos vivendo em Minas Gerais. Concordo plenamente com V. Exa. O nosso governador disse “ouvidoria” em lugar de “secretaria”, depois rerratificou. Houve várias retificações, mas é preciso outras agora para dar legalidade ao que estamos fazendo, senão isso tudo será anulado. V. Exa., com conhecimento, deverá anular toda essa discussão. Lembrando o deputado Sargento Rodrigues, o professor de direito constitucional vai anular toda essa situação vivida aqui. Não há documento para embasar essa discussão.

Quero lembrar que ele disse que a ouvidoria é como uma secretaria. Ano passado, a ouvidoria gastou, ouvindo as pessoas, R\$6.000.000,00, isso é investimento. A secretaria de Estado custou R\$246.000.000,00. Não há comparação legal, não há comparação de investimentos.

Quero parabenizá-lo. V. Exa. faz um desafio para a Mesa da Assembleia Legislativa e para todos os deputados. Quem tiver uma versão impressa desse *Minas Gerais*, por favor, ajude a Assembleia Legislativa, pois neste momento estamos dentro de uma ilegalidade concreta, que V. Exa. levantou muito bem. Parabéns. V. Exa., como sempre, é muito atento.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Agradeço ao deputado João Leite pelo tanto que somou ao nosso pronunciamento com seu aparte enriquecido de conteúdo. Vamos conceder aparte, com muito prazer, ao deputado Antônio Carlos Arantes.

Antes, vou fazer uma observação em relação à inexistência da edição extra de rerratificação que a biblioteca acaba dizendo que não existe. Se não existe na biblioteca pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, não existe em nenhum gabinete de deputado. É preciso que o povo de Minas Gerais saiba que todos os deputados - nosso líder deputado Gustavo Corrêa e o nosso grande companheiro deputado Dilzon Melo sabem - recebem o *Minas Gerais* todos os dias, mas por que não tem esse? Na biblioteca não há. Os deputados não têm. Vamos a fundo nessa questão. Se esse *Minas Gerais* não existir, o deputado João Leite acabou de falar, vamos buscar a aplicação do Regimento Interno a esse veto que estamos discutindo. Quem sabe sem consequência todos teremos de voltar à estaca zero em todo esse procedimento?

A publicação da lei, deputado Sargento Rodrigues, é exatamente para ninguém alegar que ignora a existência da lei. É para efeito de publicidade. É para efeito de conhecimento de terceiros.

Se não foi publicada, não pode produzir efeitos. Deputado Sargento Rodrigues, aplicaremos o princípio latino que diz “*Sublata causa, tollitur effectus*”, extraída a causa, acabam todos os efeitos. Não estando no *Minas Gerais*, não pode produzir sequer um efeito.

Vamos apurar. A Mesa, conforme decidiu o deputado Hely Tarquínio, eminente presidente, decidirá a respeito. Mas é preciso decidir com muito cuidado, porque se não existir isso no *Minas Gerais* a situação se torna muito mais grave.

Neste momento, concedemos aparte ao deputado Antônio Carlos Arantes, nosso colega e amigo.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte) - Muito obrigado, deputado Bonifácio Mourão, nosso líder, pessoa que tem experiência. Temos de saber ouvi-lo para crescermos juntos.

Quando esse projeto foi votado aqui na Casa, fiz a seguinte manifestação: qualquer gestor público ou qualquer gestor de empresa privada, qualquer gestor que cuida da área financeira, que autoriza pagamentos, avalia a condição financeira daquela empresa ou daquele órgão público, quando o poder público está em boas condições financeiras, significa que ele pode buscar novas despesas. Foi o que o governador Pimentel fez: encaminhou a esta Casa um projeto de lei criando novas secretarias, criando novos cargos, novas subsecretarias, aumentando os salários. Fiquei feliz, isso é prova de que nosso governo do PSDB deixou um Estado em belas condições financeiras, dando ao novo gestor a capacidade de ampliar órgãos e ao mesmo tempo cargos.

Agora vemos uma grande contradição. Ele mesmo encaminha, aprova e agora pede para que aquilo seja extinto. Isso mostra que o governo está batendo cabeça, que o governo está desnortado, que ainda não sabe qual é o rumo que quer. Às vezes é complicado quando você lida com pessoas que não têm o norte definido, porque apresentam uma proposta hoje, e amanhã essa proposta não tem valor. Aí não se pode dar segmento, e isso não é bom. Fica algo difícil de entender, como foi ontem na comissão. Eu não entendi a reação de pessoas ali. Um representante de sindicato lá dizia que qualquer cidadão que apoia a terceirização é ladrão. Temos de tirar o chapéu e respeitar o microempresário, o pequeno e o grande empresário brasileiro. Eles pagam muito imposto, vivem numa turbulência danada. Falo que o pior da terceirização é não ter emprego. É o desemprego que está assolando este país. Cada dia as notícias são piores, são mais tristes. É só ver as notícias da Mercedes hoje. Terrível, tantos pais de família estão perdendo o emprego. Isso mostra que o modelo petista de governar não está dando certo.



Aqui em Minas Gerais o governo Pimentel e sua equipe estão batendo a cabeça. Tanto é que temos aqui as audiências públicas com o propósito de levantar, mostrar problemas, mostrar como podemos contribuir. E o governo nem manda secretários, nem manda representantes para ouvir os representantes legítimos do povo. Isso realmente nos preocupa. Mas espero que a partir de agora o governo passe a ter rumo e a fazer uma gestão com mais competência. Muito obrigado, deputado.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Agradeço ao deputado Antônio Carlos Arantes. Realmente, deputado Antônio Carlos Arantes, o governo Pimentel do PT não tem um planejamento. Ele, que tanto fala que é um grande gestor, e a sua assessoria fala mais ainda, não tem mostrado isso.

Um governo que tenha planejamento e gestão adequados não faz uma coisa desta: criar uma secretaria de recursos humanos, sem nenhuma alteração na Casa, e vetar o seu próprio projeto. E mais: na mensagem de rratificação, o governo comete erros primários, chama de secretaria a ouvidoria do povo, que nunca foi secretaria, era órgão e é órgão, e, ao mesmo tempo, passa a denominar a secretaria de recursos humanos de órgão. Esses são erros primários que qualquer estudante de direito, nas primeiras lições de direito administrativo, aprende. Não podemos admitir erros de tamanha gravidade num governo que fala que sabe planejar e praticar uma boa gestão. Gostaríamos de fazer essas observações e conceder um novo aparte ao deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Gostaria de lembrar, Sr. Deputado, que a Assembleia Legislativa também não tem seus atos impressos e, sim, publicados no *Minas Gerais*, como os outros órgãos. Conforme o Sabino me informou, a Secretaria da Fazenda também tem seus atos divulgados pela rede virtual, e não impressos.

Quero lhe dizer que houve edição extra impressa tanto na edição do dia 27 quanto na do dia 28. Inclusive, a edição impressa que trata da questão do veto é a mesma que nomeou todos os subsecretários. Há cerca de 10, 15 minutos, pedi que trouxessem da Imprensa Oficial - espero que chegue agora- um pacote das edições impressas. Eu encaminho ainda hoje aos gabinetes de todos os deputados que quiserem. Falei agora com o deputado Marco Antônio, secretário de Casa Civil, que já providenciou que as edições viessem para cá. Houve algum problema de comunicação, porque a questão do veto está impressa. O secretário fez questão de destacar que foi a mesma edição em que saiu a nomeação dos novos subsecretários de governo.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Deputado Durval Ângelo, eu vejo que V. Exa, como líder de governo, ficou em dificuldade pelas falhas do governo do Pimentel, do PT. Por que V. Exa. ficou em dificuldade? Prestem atenção, Sras. e Srs. Deputados: se essa edição extra de rratificação foi impressa no jornal *Minas Gerais*, onde está esse jornal? Será, deputado João Leite, que estamos revivendo os tempos da ditadura militar, quando os decretos dos governos militares eram escondidos do povo, quando havia uma publicação mínima, quando os jornais ficavam escondidos? Será que estamos revivendo esse período? Por isso que estou ressaltando a posição do deputado Durval Ângelo, líder do governo, que está ficando em dificuldades.

Esse *Minas Gerais* devia estar aqui. A culpa não é sua, deputado Durval Ângelo. Não é sua de jeito nenhum. V. Exa., com toda a sua inteligência, está tentando defender um ato que, ao meu ver, é indefensável. Esse *Minas Gerais* tinha de estar na biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que é o local dele. Ele tinha de estar no gabinete de cada deputado que recebe todos os *Minas Gerais* e não está. Será que ele está escondido? Agora, pode chegar uma carreta deles, deputado Dilzon Melo, porque já é tarde. Onde ele estava? Ele foi impresso para ficar escondido? O princípio da lei é a publicidade. Quem quer dar publicidade divulga para todo o povo e distribui o *Minas Gerais* sem preocupação de escondê-lo.

Quero, Sr. Presidente, levantar uma segunda questão de ordem.

Com muito prazer, concedo aparte ao nosso líder, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\* - Deputado Bonifácio Mourão, serei breve em minhas ponderações, até porque V. Exa. só dispõe de mais 12 minutos para discutir as razões do veto do governador. Fico tranquilo para apartear-lo porque tenho convicção de que V. Exa. se cercou de todos os instrumentos materiais para fazer o referido requerimento. Tenho certeza de que, ao fazer esse requerimento, V. Exa., professor e grande conhecedor do direito brasileiro, baseou-se nos fatos que está listando muito bem.

Como bem disse, também causa estranheza a este parlamentar que o jornal apareça apenas hoje. Não consigo admitir que vejamos atualmente, como V. Exa. ressaltou, ações idênticas às praticadas durante o regime militar. É fundamental que os mineiros tenham oportunidade de ver os atos praticados pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário. Ora, se esse jornal aparecer na tarde de hoje, como disse o líder do governo, este parlamentar fará um requerimento para indagarmos da Imprensa Oficial os motivos por que esse jornal não foi distribuído a todos os assinantes, como é do seu direito. Mais uma vez, isso causa estranheza: por que só hoje, quando V. Exa. levanta esse questionamento, o jornal apareceria nesta Casa? Será que a Assembleia ou outros órgãos públicos do Estado que também não receberam o referido jornal têm algum problema de comunicação com a Imprensa Oficial?

Mas, infelizmente, acho que o atual governo não terá condições de nos explicar isso, da mesma forma como não consegue explicar outros fatos. Por exemplo, pela primeira vez na história, um governador veta o seu próprio ato. Ele mandou um projeto para esta Casa afirmando que ele não teria impacto financeiro, mas, posteriormente, nas razões do veto, evoca esse motivo para fazê-lo. Mais uma vez, isso mostra a total incoerência desse governo, que prega determinadas ações, mas pratica outras. Sabíamos que isso iria ocorrer. Os que o conhecem bem ou puderam acompanhar as últimas eleições ouviram atentamente as promessas do então candidato Fernando da Dilma, Fernando do PT, o atual governador, que foi vitorioso nas urnas. Aliás, sabemos reconhecer a vitória do governador, como sabemos reconhecer a nossa derrota. Mas este parlamentar vai estar vigilante, como V. Exa., zelando pelo bom funcionamento do Estado e, sobretudo, para que o direito sempre prevaleça. Tenho certeza de que, se levarmos à justiça comum esses atos que V. Exa. listou muito bem, ela estará do nosso lado, que é o lado do direito. Com todo respeito que lhe tenho e desculpando-me pela expressão, pois não é a palavra mais correta, fico com dó desse grande parlamentar, o deputado Durval Ângelo, que durante anos terá a árdua missão de explicar o inexplicável. Isso não é culpa do deputado Durval Ângelo, até porque, tenho certeza, se lá estivesse, não permitiria que esses erros fossem cometidos, não deixaria que o governo tomasse as atitudes que vem tomando, para depois ter de voltar atrás.

Parabenizo V. Exa., com quem estaremos solidários. Esperamos que a Casa dê uma resposta, não ao ilustre parlamentar, mas à sociedade mineira. Obrigado.





O deputado Bonifácio Mourão\* - Obrigado, deputado Gustavo Corrêa, nosso líder, pela procedência de suas alegações, em que também citou o líder Durval Ângelo, que, repito, teve a dignidade de vir aqui e permanecer até o final debatendo a questão conosco, com toda a sua inteligência e o seu talento. Mas toda a sua inteligência e todo o seu talento não são bastantes para demonstrar que o governo agiu corretamente, para, ao menos nesta tarde, mostrar que esse é um governo de planejamento sereno e de gestão competente. Como líder do governo, deputado Dilzon Melo, o deputado Durval Ângelo tinha ao menos de saber que essa publicação existe, está impressa e escondida lá. E ele, deputado Durval Ângelo, deveria trazê-la para cá e passá-la para os deputados e para a biblioteca pública. Afinal, ela foi impressa para quê?

E ele, com certeza, não sabia. Isto é grave, é grave por parte do governo: omitir do seu líder de governo uma informação dessa natureza e nos dar um palanque, como agora, para falar a verdade, provando por A mais B esse absurdo que o governo está praticando.

Antes de lhe conceder aparte, deputado Dilzon Melo, eu gostaria de dizer que o governo Pimentel cometeu esse erro grosseiro, a nosso ver complicando o seu governo e a tramitação de seus projetos aqui, nesta Casa, por dois motivos principais. O primeiro é jogar em cima da Assembleia Legislativa a culpa, porque ele está vetando o seu próprio projeto, dizendo que é porque a Assembleia criou a ouvidoria do povo. Quer transferir a culpa, e a culpa é da sua falta de gestão e de planejamento. O segundo é porque o deputado Rogério Correia... E aqui é preciso abrir um parêntese. É preciso ter cuidado para não invadir a atribuição alheia. Ele deu uma de líder do governo e alegou aqui que o projeto trazia economia, que não havia gasto nenhum, não havia recurso. Está assim no trecho do seu discurso e, a meu ver, invadiu a atribuição alheia. Então, quando o deputado Rogério Correia disse que não havia nenhum aumento de despesa, o governador ficou em dificuldade, porque já havia falado que tinha. Então ele teve de fazer retificação, não pôde divulgar no jornal e assim por diante.

O deputado Dilzon Melo (em aparte)\* - Meu colega Bonifácio Mourão, todo mundo sabe da admiração que tenho pelo deputado Durval Ângelo, hoje líder do governo, numa árdua missão aqui que vai, por algum tempo, querer defender o indefensável. Pelo tanto que estimo o deputado, chego a dizer que ele certamente está no partido errado. Deve estar se sentindo muito incomodado para vir aqui e ficar sozinho, no Plenário, para defender essas situações.

Eu quero apresentar outra questão. Eu não sei por que causa tanta estranheza, meus nobres colegas Bonifácio Mourão, Gustavo Corrêa, Tito Torres, João Leite, que o governo proceda dessa forma. Vou tentar explicar.

Nas programações do PT, na televisão, no horário político do partido, ele apresenta um senhor, construtor de cavaquinho, dizendo que para construir um bom cavaquinho tem de saber escolher as peças, fazer um bom planejamento para que, ao final, o cavaquinho pronto possa ter um bom som. Eu não sei por que tanta estranheza e gostaria de perguntar qual o planejamento que esse governo tem. Um governo que já desnomeou bandido, um governo que já desnomeou assaltante, e agora um governo que retira o seu próprio projeto. É isso que nós podemos esperar do governo? É esse planejamento? É dessa forma? Corrigir com o barco andando e defender o indefensável. Então nós estamos à margem do caos porque estamos a quase meio ano de governo, com zero de execução e um planejamento que se pode alegar que dura quatro anos.

Então, a mim não causa muita estranheza. O fato de vir ou não aqui o órgão oficial é um artifício que sabem usar muito bem para deixar às escuras os atos que eles fazem. E nós estamos vendo aí um governo totalmente despreparado, peças mal colocadas, pessoa errada no lugar errado. Eu nunca vi tanta gente nova querendo falar do que não sabe. Eu fico aqui participando das comissões, das audiências públicas, e nunca vem secretário, só vem preposto. E vem cada um que eu, aqui, com sete mandatos, tenho vergonha de questionar, porque não sabem nada, à semelhança do Lula e da Dilma: "Não sei quem é, sou de longe, tenho pé grande, não sei o que se está falando".

Então, a mim não causa tanta estranheza, mas quero parabenizar V. Exa. porque nós estamos aqui dentro do espírito da legalidade, e todas as suas questões apresentadas têm procedência. Aquilo que não se transforma em público não é realmente um ato público. Deve ser um ato muito privado, de interesse muito particular.

Quero parabenizar V. Exa. dizendo que estão certas as suas atitudes. Queremos mostrar que essa propaganda, essa falácia de planejamento que têm usado não existe, é conversa para boi dormir. Eles têm é de votar aqui, ficar quieto e não dizer tanta bobagem. Acredito que eles nem o PT estão com muita razão para ficar falando tanta bobagem. Parabéns pelo pronunciamento.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Obrigado, deputado Dilzon Melo.

Sr. Presidente, finalizaremos as nossas palavras pedindo a V. Exa. que o quanto antes providencie resposta às duas questões de ordem que levantamos, aliás, todas as duas com pleno fundamento no Regimento Interno, lei que rege as nossas atividades na Casa e vem para sedimentar os passos traçados pela nossa lei maior, que é a Constituição. Precisamos que, de uma vez por todas, isso fique esclarecido.

Deputado Gustavo Corrêa, nosso líder, e ilustre deputado João Leite, queremos deixar, mais uma vez, bem registrado e claro nesta Casa que o *Minas Gerais* não foi encontrado na biblioteca onde tinha de estar. Aliás, deputado Felipe Attiê, concederemos um aparte a V. Exa. Só queremos terminar esse nosso raciocínio. A correspondência de V. Exa. já foi lida aqui. É a mesma coisa que procurar dentro de uma casa as peças indispensáveis, não as encontrar e aparecer com elas dias e dias depois, dizendo que existiam, mas que estavam em outra casa diferente. Isso não vai colar. Trarão aqui o que querem. Acredito que trarão um *Minas Gerais* impresso, rerratificado. Mas e o valor jurídico dele? E o valor da publicidade? Qual é o sentido de publicar-se a lei? É o conhecimento de terceiros. Ora, se ele estava escondido, como os terceiros terão conhecimento? Aí é que está. Ele poderá vir a existir de direito, mas, de fato, jamais existirá. Quer dizer, poderá vir aqui para tentar calçar um erro grosseiro e que gera nulidade insanável conforme já dissemos. Tentará, mas, a nosso ver, se aplicar rigorosamente os princípios da publicidade, não sanará essa falha grosseira.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* - Só quero parabenizar o Mourão. Já descobrimos isso há algum tempo. Estive na biblioteca. Somos novatos. Fico satisfeito de ver um deputado decano, constitucionalista e legalista que muito bem nos representa aqui. Essa grande figura inexorável de Governador Valadares e daquela região, que é o nosso querido Mourão, que muito bem explicou essa questão. Fiz a consulta na época na biblioteca - aliás, fui juntamente com o Sabino que é mais sabido do que eu, porque está aqui há mais tempo - quando percebemos que esse diário não existe. Nós o procuramos por vários lugares. Até ficamos preocupados de



prejudicar a funcionária da biblioteca e tomamos bastante cuidado. V. Exa. foi brilhante. Assino embaixo. Temos aí o documento. O que me foi informado aqui é que, na biblioteca, é que chegam os atos oficiais para o Poder Legislativo, que fiscaliza para o povo de Minas Gerais as coisas que acontecem. Esse ato jamais chegou lá. Existe a possibilidade de fazer edições eletrônicas, mas não no Poder Executivo, não no *Diário Oficial*, no caso do Poder Executivo, como esse da nomeação dos próprios secretários, que sequer talvez sejam nomeados de fato. Podem estar de fato, mas não estão de direito, dentro da legalidade e publicidade. De fato, são secretários, mas estão fora da lei do direito administrativo.

Parabéns, Mourão. Estamos aqui para isso. Continuarei vigiando. Todas as vezes em que descobrir algo repassarei a V. Exa., que é o nosso professor e conselheiro e que muito bem falou nesta Assembleia.

Queremos parabenizar a nossa assessoria da oposição, da liderança da Minoria, que está sempre nos apoiando, orientando-nos para vigiarmos o bem público, o bem-estar e o trabalho sério que é feito em benefício de Minas Gerais. Queremos o trabalho da transparência, da democracia, da ética e da boa gestão pública e não da propaganda da tevê mentirosa. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão\* - Muito obrigado, deputado Felipe Attiê, pela sua atitude em solicitar a apresentação desses jornais. Obrigado, presidente, pela condescendência. Também agradeço a todos os deputados.

Deputado Durval Ângelo, muito obrigado por ter ficado aqui, do princípio ao fim, de forma elegante, sofrendo um debate, a meu ver, pesado, complicado e difícil de responder, mas demonstrando que não está brincando, que está aqui defendendo o governo mesmo nas horas mais difíceis e até mais indefensáveis. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia, um parlamento se constrói com debates, com discussões e com o contraditório sendo feito. Carrego na minha vida parlamentar 27 anos de exercício de mandato, sendo 6 anos como vereador na cidade de Contagem e, agora, estou no 21º ano do meu mandato como deputado. Acho que essa é a riqueza do parlamento: o debate, a discussão e o exercício de suas funções precípuas, que é fazer leis e atender os desejos da sociedade por meio de instrumentos legislativos que garantam políticas públicas de inclusão, políticas públicas de transparência, políticas públicas que ajudem a sociedade a avançar e a vida do povo a melhorar. E, ao mesmo tempo, tem a outra função precípuas, que é fiscalizar.

Acho que a oposição está no seu papel, ou seja, de fiscalização. Vamos deixar bem claro que houve a publicação da edição extra. E isso é comprovado pelo próprio registro tipográfico das máquinas da Imprensa Oficial e o será também aqui. Há pouco, conversei com uma pessoa de bem e séria, o Marco Antônio, secretário da Casa Civil, advogado e jurista respeitado, que me garantiu que houve a publicação. Nesse sentido, cumpriu-se a questão da exigência legal. Ele determinou à Imprensa Oficial que trouxessem exemplares tanto da publicação original, do dia 27, quanto da publicação extraordinária. Ninguém poderia, em sã consciência, imaginar que uma edição do *Minas Gerais* fosse publicada agora, em questão de horas, quando a oposição faz a denúncia para chegar aqui.

O debate é livre, mas, pelo menos, tem que ser racional. Então o governo não cometeu nenhuma ilegalidade, não houve nenhum erro.

Quando questionei, lembrando dos arts. 166 a 169 do Regimento Interno, que tratam da questão de ordem - aos quais me reportei quando não estava aqui, mas em Portugal, representando o governo na cidade de Fátima, quarta e quinta-feira da semana passada -, e quando o deputado Paulo Lamac deu o parecer, era naquele momento que tinha que se fazer o questionamento. Porque o deputado abordou a questão do veto em seus aspectos de juridicidade, legalidade, conveniência. E ele aqui manifestou um parecer que diz claramente que o veto do governador preencheu todas as questões legais naquele momento, naquele instante. Porque a questão de ordem é sobre a matéria em questão. Isso está claro no Regimento, deputado Hely Tarquínio. A questão de ordem tem que ser feita com a matéria em questão, e a matéria era o parecer do relator em seus aspectos técnicos, de legalidade e juridicidade. Então considero a questão de ordem intempestiva hoje. Ela é intempestiva. Mas a considero pertinente dentro do tempo do embate e da discussão das ideias, dentro da questão da fiscalização.

Acho que a temporalidade da questão de ordem está clara no Regimento. No momento em que o relator dava o parecer - e pediria que o processo estivesse aqui, para eu poder citar o parecer do relator -, colocou a questão nos seguintes termos: "Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi encaminhada à comissão". E ele diz que a comissão perdeu o prazo. E vem deixando bem clara toda a fundamentação jurídica, desde o ponto de vista regimental, até o ponto de vista constitucional, pela manutenção do veto. Tem sido feita toda a fundamentação.

Então considero que dia 13/5/2015, na leitura do relatório, quando eu estava na Cova da Iria, em Portugal, juntamente com 300 mil peregrinos numa missa celebrada pelo cardeal brasileiro D. Damasceno, foi o momento em que aqui se travava o embate. Eu estava lá, numa celebração, às 10 horas, e, com 4 horas de diferença, era exatamente o momento. A celebração terminou quase 13 horas, no momento em que estava sendo apresentado aqui o parecer.

Então, deputado Hely Tarquínio, espero que leve à Mesa essa questão. Esse era o momento de se fazer o questionamento à questão de ordem, porque considero que já se começa a contar o prazo como uma questão vencida, apesar de entender que ganha o Parlamento com esse debate. Daí a intempestividade. Na realidade, a questão de ordem foi intempestiva. E acredito que, para o debate interno - e, se fosse o caso de erro do governo, até para se corrigir o erro -, esse seria o momento apropriado. Governo algum tem que ter falta de humildade para corrigir um erro.

Mas então destaco esse problema da intempestividade, porque o regimento não deixa nenhuma dúvida, não foi a questão dos 5 minutos dos prazos da discussão, no momento em que a matéria estava sendo apreciada aqui. (- Lê:) "Durante a ordem do dia só poderá ser arguida questão de ordem atinente a matéria que nela figurar". Está aqui, art. 166, § 3º. Então considero que é uma matéria intempestiva. Mesmo assim, trago aqui a palavra do secretário da Casa Civil de que houve a devida publicação, tanto da edição ordinária quanto da extraordinária.

Em relação à questão dos vetos, o governo, ao mandar a mensagem para cá - a oposição deve se lembrar disso -, quando ela foi lida em janeiro, não tinha a planilha das despesas, a Seplag não mandou. A bancada da oposição imediatamente fez uma questão de ordem,



e o governo mandou as despesas da criação da secretaria e de outros órgãos. Então, dizer que não haveria gasto nenhum, o governo nunca disse isso. Acho que foi muito bem citado o parecer; o governador indica a questão dos gastos. O governo aliás enumerou o que representaria a mais no orçamento com gastos, até o que representaria, com órgãos e cargos extintos, de economia para o Estado.

Então a gente não pode atribuir ao governo algo que talvez tenha sido devido ao entusiasmo de uma argumentação, que ocorre tanto com deputados que apoiam o governo quanto com deputados da oposição, que, no entusiasmo, falam algo que não está. Eu, aliás, na comissão que analisou o projeto, fiz questão de citar os gastos, citar o parecer do governo.

Uma outra questão sobre incoerência, de que nunca existiu matéria do próprio governo que ele vetou, não é verdade. Temos aqui várias situações. O projeto que o governo vetou não era o seu projeto original. A Secretaria de Recursos Humanos, que estava sendo criada, sofreu modificações com transferências de órgãos da Seplag para a secretaria, como a MGS. Houve também modificações em outras estruturas, as quais o governo entendeu que não era seu projeto original de secretaria.

Além do mais, usando do preceito da democracia e do poder que este parlamento tem, foi mantido um órgão, a ouvidoria, entendendo que o governo não quis arcar com esse custo. Portanto houve mudanças, sim, no planejamento financeiro, de atribuições, de funções e de órgãos filiados. Assim, nesse sentido, o governo não está vetando a sua matéria original. Não está havendo incoerência; o governo está vetando uma matéria modificada pela Assembleia. Só gostaria de dizer isso reiterando meu respeito e carinho, minha amizade e admiração ao deputado que me antecedeu e, da mesma forma, ao deputado que continuará fazendo o debate aqui, deixando bem claro que o compromisso deste governo é um compromisso transparente com a educação. Não queremos 12 anos de greve novamente, não queremos servidores trabalhando insatisfeitos na educação, não queremos aposentados mendigando aumento. Não queremos isso, queremos a verdade, sim. Agora o piso será pago em três anos. Queremos, sim, uma educação valorizada no Estado.

Queremos 189 mil professores estaduais recebendo o piso em três anos. Queremos, sim, mais 70 mil servidores administrativos e da área de apoio da educação satisfeitos. Queremos 200 mil aposentados da educação sendo valorizados. Só aí há um universo de mais de 450 mil pessoas. Essa é a verdade deste governo, um governo que tem um olhar diferente do anterior. Talvez não vejamos obras faraônicas, pirâmides, como a Cidade Administrativa. Vamos ver um governo cuja maior obra será educação, saúde, segurança, servidor público. Por sinal, caminhamos com um acordo com os servidores da área da saúde, da Fhemig e Secretaria de Saúde. Hoje se negocia a questão do Ipsemg.

Então, é uma maneira diferente de governar. Não é a maneira do PSDB nem a maneira que prioriza determinadas áreas do meio empresarial. É um olhar de negociação do servidor público. É isso que queremos.

Quero chamar todos - e acho que o debate deve ser de alto nível e acadêmico, deputado Hely - para anunciar que vou publicar alguns textos, parceladamente, sobre o meu trabalho de deputado nos últimos 12 anos, e faço questão de que isso circule entre todos os deputados. Fiz isso nos meus primeiros quatro anos de mandato. Em 1998, publiquei o livro *Voo do tucano*, analisando os quatro anos do governo Azeredo. Não tive um contraponto. Analisei minha atuação. Vou escrever também vários artigos sobre este governo, à luz que me prendi nesses 12 anos, ou seja, na presidência da Comissão de Direitos Humanos, analisando meu trabalho como parlamentar e contribuindo com o debate, mas deixando bem claro que nunca será um debate de cunho pessoal, com ofensas a ninguém. Não será um debate revanchista ou raivoso, porque nós, cristãos, deputado João Leite, não podemos ter isso como princípio ou metodologia de trabalho. A dimensão do amor, a dimensão de uma política amorosa, dialógica, tem de ser intrínseca à nossa essência, ao nosso ser. Então, não vou fazer um debate vingativo e raivoso, mas um debate político e esclarecedor, como este que fiz agora.

Entendemos que a Mesa terá elementos. Como o regimento estabelece, a Mesa poderá recorrer à Comissão de Justiça, se houver dúvida, pois tem essa prerrogativa. A Mesa pode decidir por ela mesma, pode decidir de pronto, como pode consultar a Comissão de Justiça sobre uma questão de ordem. Caso a situação ou a oposição não concorde com o parecer da Mesa, qualquer um dos dois agrupamentos pode recorrer. Isso é a riqueza e a beleza do Parlamento.

Muito obrigado. Agradeço, deputado Hely Tarquínio, sua paciência, sua postura democrática, sua inteligência e o bom senso na condução dos trabalhos.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Fico muito honrado de poder vir a esta tribuna após o meu líder Bonifácio Mourão, que novamente dá uma aula de todo o seu conhecimento nesta Assembleia Legislativa. Em nome do deputado Bonifácio Mourão, queria agradecer à nossa assessoria, o Prof. Sabino Fleury, brilhante, levantando todos os dados que dão a todos nós, deputados, uma segurança muito grande.

Estão nos acompanhando também Tito Torres, Dilzon Melo e Flávio Viegas. Lembramos ainda o Caixeta e tantos que estão nos ajudando.

Com muita honra, estou sucedendo aqui o deputado Durval Ângelo, meu amigo de tantos anos de militância. Deputado Durval Ângelo, quando V. Exa. estava representando a Assembleia fora, fizemos um questionamento no dia da apresentação do parecer do deputado Paulo Lamac. É o tipo de coisa que V. Exa. nunca faria. O deputado Paulo Lamac subiu a esta tribuna, quando presidia a reunião o deputado Hely Tarquínio. Ele se enrolou justamente nas datas. Quando começou a leitura do parecer, falou dia tal, dia tal. Fiz uma indagação ao deputado Hely Tarquínio. Perguntei como iríamos discutir um parecer se o relator tinha dúvida quanto à data.

Foi um momento interessante. Passaram por aqui umas jovens bonitas. Elas foram para aquela mesa, onde começou a ser redigida uma errata ao parecer. V. Exa. não pode sair deste Plenário. Tem de acompanhar e escolher bem os relatores, porque foi feita uma errata naquele canto ali. Depois veio o parecer do parecer. Havia justamente um erro de data. Creio que isso chamou a atenção da nossa assessoria, muito competente, e do deputado Bonifácio Mourão. Qual a data? Que dia foi impresso esse *Minas Gerais*? É importante dizer que desde o primeiro momento fizemos esse questionamento. Hoje está aí celebrando meu sogro, Dr. Helton Brant Aleixo. Está a prova provada de que há um erro insanável nessa condução. Esse erro se apresentou desde o início, e agora o deputado Bonifácio Mourão levanta duas questões de ordem que comprometem o encaminhamento desse veto do senhor governador.



Há outra questão que deixarei mais para frente. Eu queria lembrar aqui as palavras do deputado Durval Ângelo. Eu e o deputado Hely Tarquínio, meu líder na oposição, nos lembramos que o servidor público do Estado de Minas Gerais, antes da entrada do governador Aécio Neves, recebia em sete chamadas. Eram sete longas chamadas. D. Geralda, que deve estar me assistindo agora, minha querida mãe, a quem mando um beijo e peço que neste fim de semana prepare aquele pão de queijo e aquele café, pois vou vê-la, não suportava aguardar até o dia 29 do mês. Prof. Sabino Fleury, era esse o dia em que minha mãe recebia seu salário do mês passado. Ela recebia no dia 29 do mês. Era isso o que acontecia.

O deputado Tito Torres, que está ali nos acompanhando, por ser muito novo não sabe disso. Era assim, Tito. O deputado Dilzon Melo, mais experiente, sabe que o governo do PT e do PMDB pagava em sete chamadas. Era um sofrimento. Depois vinha o 13º salário. Não tinha como pagá-lo. Quem era o secretário de Administração? O deputado Sávio Souza Cruz. Minha mãe não pode nem ouvir falar nele que dá nela uma tremedeira. Quando falaram que ele ia ser secretário de Estado do governo Pimentel, minha mãe falou: “Pelo amor de Deus, não vai ser da administração, não, do pagamento, não, porque da última vez ele pagava e eu recebia na sétima chamada”. Espero que o deputado Durval Ângelo escreva mesmo, ele escreve muito bem. Gosto dos artigos e dos escritos dele.

Depois eu vou escrever também. Quando assumi a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social, Cultura e Esporte, com o ex-deputado Rômulo Viegas como subsecretário de Trabalho e Assistência Social, vimos o que o governo Aécio fez. Foi bonito demais. Não me lembro disso na história. Meu pai, se estivesse vivo, brigaria, porque ele acharia Juscelino maior. Meu pai foi guarda do governador Juscelino no Palácio da Liberdade, mas Aécio brilhou. Primeiramente, ele cortou, verdadeiramente, 30%. Eu era secretário e tive de fazer os cortes. A única coisa que não se cortou foi a alimentação das crianças. Depois ele criou o Programa de Combate à Pobreza Rural. Ele buscou recursos internacionais para que as pessoas, nas áreas mais carentes de Minas Gerais, pudessem apresentar seus projetos de combate à pobreza rural. Depois Aécio ligou 225 cidades, sendo que, em muitas delas, nós que estamos aqui éramos votados.

Lembro-me da minha São José do Mantimento. Deputado Bonifácio Mourão, há uma serra nessa cidade que liga São José do Mantimento à MG-111, e os doentes só saíam de lá de trator. Aécio Neves ligou São José do Mantimento à MG-111. Como se tira desse homem o brilho do que ele fez para atender à população mais carente?

Tive a alegria de acompanhar o governador Aécio em mil campos de futebol amador iluminados, para o trabalhador jogar seu futebol à noite, para a trabalhadora fazer sua caminhada em volta do campo, à noite, e também para gerar renda. Muitos abrem suas barraquinhas em volta do campo, e isso diminui a violência. Pesquisas, após a criação do programa, dizem que, onde o programa foi criado, há 73,5% a menos de ocorrências criminais. Disso o deputado Durval Ângelo entende. Onde a luz chega, vem a paz, por que a presença da luz traz tudo à luz.

Quero continuar falando desses projetos e do amor e carinho que o PSDB e os partidos que apoiaram o governo Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho tiveram pelo servidor público. Só na educação - espero que isso aconteça neste governo -, nos 10 últimos anos, houve 185% de aumento do que recebe o servidor da educação. O IPCA foi 80%. O aumento na educação, nos governos Aécio, Anastasia e Alberto, foi de 185%, portanto não há aqui razão para dizer que não gostamos do servidor público. Sou filho de dois servidores públicos, e sei que nunca existiu isso. Queremos falar do maior bem que tanto o governador Aécio quanto o governador Anastasia deixaram. Hoje temos os números. São 49 mil servidores atingidos ou beneficiados pela Lei nº 100, que hoje se encontram aposentados. Eles têm direito à aposentadoria, que antes eles não tinham. E 45 mil servidores da educação foram agora beneficiados, mas estão fora disso 68 mil, porque o PT os tirou, e o deputado Rogério Correia não apresenta o parecer da PEC nº 3. Foi perdido o prazo. Já houve sete suicídios de pessoas que estão nessa situação.

Portanto vamos disputar, ver quem fez pelos servidores e quem deixou, à margem, esses servidores que servem ao Estado há 25, 30 anos, como o PT está fazendo.

Com muito prazer, concedo aparte ao brilhante deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* - Deputado João Leite, estamos acompanhando atentamente o conteúdo do pronunciamento de V. Exa. Quando V. Exa. fala dos governos Aécio Neves, Antônio Augusto Anastasia e Alberto Pinto Coelho, eu me lembro do choque de gestão, do Estado para Resultados, do Gestão Pública e Cidadania, que formaram o tripé dos grandes governos Aécio, Anastasia e Alberto. Ainda assim, ouvimos muito o governo atual criticar, falando que o choque de gestão não fez nada. V. Exa. está mostrando o benefício do Processo até para a saúde das pessoas.

Imagine V. Exa. falando de algum município determinado cuja população precisasse ser transportada por trator para tratar de sua saúde, e ele passasse a ter asfalto. Isso aconteceu com 234 municípios mineiros, ligados às rodovias asfaltadas por meio de um novo asfalto graças ao programa Processo do governo Aécio e Anastasia. Depois o governo Anastasia programou o Caminhos de Minas, como sequência ao Processo. Com certeza, esse programa também atingiria mais 230 municípios mineiros, mas não atingiu, deputado João Leite. Por quê? Esse programa começou, e votamos aqui na Assembleia Legislativa autorização de empréstimo da ordem de R\$8.000.000.000,00 a R\$10.000.000.000,00 não só para o Caminhos de Minas, mas também para outros da área da segurança pública, educação, cultura, saúde etc. Porém, entre os empréstimos que autorizamos, estava um do Banco do Brasil. O governo Alberto Pinto Coelho foi obrigado a entrar na justiça, em agosto de 2014, procurando uma solução para conseguir a liberação desses recursos, travados no Banco do Brasil. Havia um crédito de Minas Gerais que constava expressamente em um contrato assinado entre as partes, bilateral, e ele não foi honrado pelo Banco do Brasil, foi-se procrastinando a ponto de o governo Alberto Pinto Coelho entrar na justiça, ganhar a liminar e estabelecer-se uma multa de R\$1.000.000,00 por dia. Entretanto o governo Pimentel, do PT, desistiu dessa ação, como se Minas Gerais não estivesse precisando desse dinheiro. Onde está esse recurso? Será que foi para outros estados?

Falo assim dentro do raciocínio de V. Exa. sobre os benefícios do Processo, Caminhos de Minas e tantos outros que engrandeceram as administrações Aécio, Anastasia e Alberto, tão criticadas atualmente para justificar a ineficiência do atual governo, que comete





erros grosseiros como o que acabamos de mostrar aqui da tribuna, erros afrontosos à consciência dos deputados e a todo o povo de Minas Gerais.

Levantamos essas duas questões de ordem, deputado João Leite, que estão inteiramente fundamentadas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Minas Gerais e no Regimento Interno desta Casa. O deputado Durval Ângelo fala que elas estão a destempo, fora do prazo, mas duvido que a Mesa, ao decidir, negue a procedência na preliminar, pois, se for fora do prazo, tem-se que, preliminarmente, indeferir-se sob essa alegação. Entretanto, não há nenhum artigo no Regimento Interno exigindo que seja em prazo determinado. Para formular uma questão de ordem, tenho o prazo de 5 minutos para falar sobre ela, e não o prazo “x” para formulá-la. Não é assim. A questão de ordem é formulada no momento oportuno, como fizemos ao discutir o veto.

Outra questão é a seguinte: falamos aqui - sem repetir muito - que não foi publicada no jornal *Minas Gerais* a rerratificação do ato no dia 27 de março deste ano. Ai, o deputado Durval Ângelo, líder do governo, naturalmente honrando sua condição, fala que foi publicado. Mas publicado como? Onde está esse *Minas Gerais*? Se ele não está na biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que recebe todos; se não está em nenhum gabinete de deputado, nem no do presidente, nem no meu, nem no seu, nem em nenhum, onde estará? Bom, pode ser que cheguem com algum número aqui, deputado; mas qual valor jurídico ele terá se não alcança o objetivo da publicidade? Publicar é uma coisa, constar em um monte de páginas é outra. Publicar é distribuir, espalhar para o povo. O objetivo da publicação da lei é o povo tomar conhecimento, e isso não houve.

Isso não houve, isso era praticado no governo militar, com seus famosos decretos-leis, que constavam nos jornais, mas escondiam os jornais. Se aparecer esse jornal por aqui, repetiremos os atos do governo militar, lamentavelmente, no governo Pimentel do PT.

Estamos aqui num debate de alto nível, muito bem presidido pelo deputado Hely Tarquínio, nosso amigo e companheiro. Mas não podemos concordar com procedimentos dessa natureza. V. Exa. é um deputado exemplar pelo seu procedimento, seu conceito, sua autenticidade nas palavras e certamente está indignado e ficará, principalmente se aparecer o jornal *Minas Gerais* de 27 de março. Quanto tempo tem? Onde ele está? Isso me faz lembrar do caso dos irmãos Naves, quando surgiu em Minas Gerais a expressão “será o Benedito?”. Os pobres coitados dos irmãos Naves foram presos inocentemente, e não havia vítima. Foram acusados de assassinato bárbaro, mas a vítima não apareceu. O deputado Hely Tarquínio está rindo porque conhece a história. Os irmãos ficaram presos por 20 anos, sendo quem um deles, Joaquim Naves, morreu na cadeia. Os mineiros perguntavam pela vítima. A partir daí surgiu o ditado “será o Benedito?”. E é possível que o Benedito apareça aqui, deputado João Leite. Estamos boquiabertos com essa situação nesta Casa. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado João Leite\* - Agradeço suas palavras. Quero lembrar que o choque de gestão deu oportunidade para pagar até o quinto dia útil o salário dos servidores públicos devido à economia feita no Estado, diferentemente da proposta do atual governo. Estamos vendo como eles estão trabalhando. São quatro aumentos na conta de energia elétrica. É importante que o cidadão mineiro acompanhe a sua conta de luz. A coluna do lado esquerdo mostra o valor dos impostos. Em campanha, o Sr. Pimentel prometeu retirar impostos como o ICMS. Vemos uma bandeira vermelha, que deve ser para homenagear o seu partido. Depois, vemos a taxa de iluminação pública. Tudo isso quase dobra o valor da conta de energia. O governo já arrecadou R\$1.700.000.000,00 com esses aumentos. E o PT ainda vai impor mais dois reajustes. O que mais acontecerá para que eles tenham arrecadação e paguem o que estão prometendo? Privatizarão todas as estradas de Minas Gerais. Esse é o plano. O Aécio asfaltou as estradas, e o Pimentel cobrará o pedágio. A população de Minas já pagou duas vezes. Farei a proposta de retirar o IPVA, já que pagaremos o pedágio do PT para arrecadar mais, para dar conta da sua máquina pesada.

Lembro-me de que, quando o Pimentel foi prefeito de Belo Horizonte, havia 65 secretarias. Temos de acompanhar para saber o que ele está propondo. Estão falando em 21 secretarias. O governo Fernando Henrique deixou 23 ministérios, e agora há 39. É preciso muito dinheiro. Quem pagará a conta é o cidadão, a cidadã de Minas Gerais, lamentavelmente. Depois dessa exploração do cidadão, com o aumento da conta de luz, vem aí a privatização das estradas.

Eles gostam de falar contra os empresários, mas vão entregar para eles as estradas, e a população de Minas Gerais vai pagar para andar nas rodovias agora. Esse dinheiro vai ser para colocar a companheirada, os petistas no governo, para inchar essa máquina e para atender alguns, não a todos, só àqueles ligados ao partido.

Agradeço muito, Sr. Presidente. Quero fazer este debate, mas com a presença maior de deputados aqui no Plenário.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Cristiano Silveira**

nomeando Alessandra Cristina Rosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Rogério Correia**

exonerando Ailda Ribeiro Anacleto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando José Carlos de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Neila Maria Batista Afonso do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Ailda Ribeiro Anacleto para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;

nomeando José Carlos de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;



nomeando Paula Pastor Nogueira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Na data de 25/5/2015, o Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda nº 47, de 5/7/2005, à Constituição Federal, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, e 21.236, de 19/5/2014, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguintes ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6 de abril de 2015, a servidora Maria do Carmo de Araújo Lobo Lima, CPF nº 423.761.226/00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-45, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2015**

##### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 34/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/6/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de suporte e atualização de versão para *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2015**

##### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 50/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 10/6/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de barras metálicas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 33/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Líder Táxi Aéreo S/A - Air Brasil. Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, na modalidade táxi aéreo. Vigência: 25/5/2015 a 25/5/2016. Licitação: Pregão Eletrônico nº 13/2015. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10.1).



## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2015

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012)

R\$1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	<b>DESPESAS EXECUTADAS (7) MAIO/2014 A ABRIL/2015</b>	
	<b>LIQUIDADAS (a)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	838.535.732,38	
Pessoal Ativo	572.380.997,81	22.437.108,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	266.154.734,57	
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de terceirização (LRF - art. 18, § 1º)	0,00	
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º) (II)	271.479.023,40	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.765.995,41	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	440.595,95	22.437.108,21
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	97.604.895,00	
(-) Pensionistas (4)	1.981.271,55	
(-) Inativos (5)	166.568.568,02	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)	3.117.697,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	567.056.708,98	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	567.056.708,98	
<b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>47.515.061.052,85</b>	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	1,1934%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,0000%	950.301.221,06	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1,9000%	902.786.160,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,8000%	855.271.098,95	
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 14/mai/2015, 10h e 40m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 15/mai/2015, 09h e 45m		

**Notas:** (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:  
Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$72.166,53;

- Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$1.693.828,88
- (2) Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002;
  - (3) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP - art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
  - (4) Despesas com pensionistas, nos termos do art. 3º da IN TCEMG nº 1, de 18/04/01, com a redação dada pela IN nº 5, de 19/12/01;
  - (5) Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, deduzindo-se as despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP da linha “Inativos com Recursos Vinculados(3)”;
  - (6) Despesas não computadas no art. 18, *caput*, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$3.117.697,47;
  - (7) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.
  - (8) Os limites máximo e prudencial foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014.

Deputado Adalclever Lopes - Presidente; Hely Tarquínio - 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette de Andrada - 2º-Vice-Presidente; Deputado Braulio Braz - 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes - 1º-Secretário; Deputado Alencar da Silveira Jr. - 2º-Secretário; Deputado Doutor Wilson Batista - 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva - Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart - Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro - Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

### ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

#### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### JANEIRO A ABRIL DE 2015

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” - Anexo I (Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012)

R\$1,00

<b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS (5) MAIO/2014 A ABRIL/2015</b>	
	<b>LIQUIDADAS (a)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	838.535.732,38	
Pessoal Ativo	572.380.997,81	22.437.108,21
Pessoal Inativo e Pensionistas	266.154.734,57	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (LRF - art. 18, § 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	102.929.183,83	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.765.995,41	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	440.595,95	22.437.108,21
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	97.604.895,00	





(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	3.117.697,47	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	735.606.548,55	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	735.606.548,55	

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>47.515.061.052,85</b>	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	1,5482%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,0000%	950.301.221,06	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1,9000%	902.786.160,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,8000%	855.271.098,95	

FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 14/mai/2015, 10h e 40m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 15/mai/2015, 09h e 45m

- Notas:**
- (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo:  
Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$72.166,53;  
Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$1.693.828,88
  - (2) Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002;
  - (3) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP - art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
  - (4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:  
Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$3.117.697,47;
  - (5) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.
  - (6) Os limites máximo e prudencial foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014.

Deputado Adalclever Lopes - Presidente; Deputado Hely Tarquínio - 1º-Vice-Presidente; Deputado Lafayette de Andrada - 2º-Vice-Presidente; Deputado Braulio Braz - 3º-Vice-Presidente; Deputado Ulysses Gomes - 1º-Secretário; Deputado Alencar da Silveira Jr. - 2º-Secretário; Deputado Doutor Wilson Batista - 3º-Secretário; Cristiano Félix dos Santos Silva - Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart - Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro - Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.



## ERRATA

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.310

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/7/2014, na pág. 42, no art. 1º, onde se lê:  
“registrado sob o nº 20.168”, leia-se:  
“registrado sob o nº 20.169”.